



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXVI — 67.º DA REPÚBLICA — N. 18.252 — BELÉM — QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1956

PROCESSO N. 298

LEI N. 1.350 — DE 11 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, destinados a auxiliar os festejos comemorativos do cinquentenário de fundação da Sociedade Beneficente "Divino Espírito Santo" com sede e funcionamento nesta Capital.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do art. 29 da Constituição Política do Estado do Pará, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), destinados a auxiliar os festejos comemorativos do cinquentenário de fundação da Sociedade Beneficente "Divino Espírito Santo", com sede e funcionamento legal nesta capital, à Travessa Caldeira Castelo Branco, n. 546, cujos festejos terão lugar no dia 16 de junho de 1956.

Art. 2.º Esta verba correrá à conta dos recursos disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 11 de julho de 1956.

João Camargo
Presidente

PROCESSO N. 13

LEI N. 1.351 — DE 11 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 20.000,00 em favor do escritor Bruno de Menezes.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do art. 29 da Constituição Política do Estado do Pará, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no corrente exercício, o crédito especial de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), em favor do escritor Bruno de Menezes, para pagamento do prêmio "José Veríssimo", a que se refere a Lei n. 501, de 26 de junho de 1952, e pertinente aos exercícios de 1952 e 1953, a que o mesmo fez jus, pela publicação do romance "Candunga".

Art. 2.º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 11 de julho de 1956.

João Camargo
Presidente

PROCESSO N. 48

LEI N. 1.352 — DE 11 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.760,00 em favor da firma Pickereil, Representações S/A., desta Praça.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do art. 29 da Constituição Política do Estado do Pará, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, o crédito especial de dezesseis mil setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 16.760,00), em favor da firma Pickereil, Representações S/A., desta praça, para pagamento de fornecimentos feitos à Colônia de Marituba, no exercício de 1954.

Art. 2.º A despesa decorrente da presente lei correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 11 de julho de 1956.

João Camargo
Presidente

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 11 de julho de 1956.

João Camargo
Presidente

PROCESSO N. 87

LEI N. 1.353 — DE 11 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para construção do prédio destinado à Delegacia de Polícia da cidade de Araticum.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do art. 29 da Constituição Política do Estado do Pará, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), destinado à construção do prédio da Delegacia de Polícia de Araticum.

Art. 2.º Os encargos da presente lei correrão à conta dos recursos disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 11 de julho de 1956.

João Camargo
Presidente

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 2.093 — DE 17 DE JULHO DE 1956

Cria um Comissariado de Polícia em Jurupucú, no Município de Chaves.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista a conveniência do serviço público,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado um Comissariado de Polícia em Jurupucú, Município de Chaves, com os limites e respectivas jurisdições: — a norte, leste e oeste com as terras das Fazendas Carmo e Santo Antônio de propriedade de R. Chermont & Cia. Ltda.; ao sul com as terras das fazendas Santa Rosa, São Marcos, Coração de Jesus e outras pequenas propriedades.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO N. 2.094 — DE 17 DE JULHO DE 1956

Cria um Comissariado de Polícia em Mocoões, no Município de Chaves.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista a conveniência do serviço público,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado um Comissariado de Polícia em Mocoões, no Município de Chaves, com os seguintes limites e respectiva jurisdição: — compreendido pelo curso do rio Mocoões em toda a sua extensão da foz às nascentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO N. 2.095 — DE 17 DE JULHO DE 1956

Transfere a escola de 1.ª entrância do lugar Jaburu do Jaime, Município de Breves, para a vila de Curumú, no mesmo Município.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e atendendo a proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida, por conveniência do ensino, a escola de 1.ª entrância do lugar Jaburu do Jaime, Município de Breves, para a vila de Curumú, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

Governador do Estado

José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO N. 2.096 — DE 17 DE JULHO DE 1956

Transfere a escola de 1.ª entrância do lugar Palácio de Cristal, Município de Breves, para o lugar Boca do Rio Curto, no mesmo Município.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e atendendo a proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida, por conveniência do ensino, a escola de 1.ª entrância do lugar Palácio de Cristal, Município de Breves, para o lugar Boca do Rio Curto, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

Governador do Estado

José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO N. 2.097 — DE 17 DE JULHO DE 1956

Transfere a escola de 1.ª entrância do lugar S. Francisco do Prudente, Município de Breves, para o lugar São Cristóvão, no mesmo Município.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e atendendo a proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida, por conveniência do ensino, a escola de 1.ª entrância do lugar S. Francisco do Prudente, Município de Breves, para o lugar São Cristóvão, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO:

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZJD

SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO:

Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Dr. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA COIMBRA

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO:

Dr. JOSÉ MENDES MARTINS

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente a publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões de verificação de fato, serão formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, a

EXPEDIENTE

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Rua do Una, 32 — Telefone: 3262
Major HILDEBRANDO AZEVEDO
Diretor Geral

PEDRO DA SILVA SANTOS
Redator-Chefe

Materiais pagos serão recebidos:
Das 8 às 13,30 horas, diariamente, exceto aos sábados.

ASSINATURAS

CAPITAL:
Anual Cr\$ 500,00
Semestral Cr\$ 300,00
Número avulso Cr\$ 1,50
Número atrasado, ano Cr\$ 2,00

ESTADOS E MUNICÍPIOS:
Anual Cr\$ 700,00
Semestral Cr\$ 400,00
O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 2,00 ao ano.

PUBLICIDADE:

1 Página de contabilidade, 1 vez Cr\$ 800,00
1 Página comum, 1 vez Cr\$ 700,00
Publicidade por mais de 3 vezes até 5 vezes inclusive, 10% de abatimento.
De 5 vezes em diante, 20% idem.
Cada centímetro por coluna Cr\$ 7,00.

— Afim de possibilitar a remessa de valores acorpanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

cisco do Prudente, Município de Breves, para o lugar S. Cristovão, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado
17 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO N. 2.098 — DE 17 DE JULHO DE 1956
Transfere a escola de 1.ª entrada do lugar Santa Cruz de Buissá, Município de Breves, para o lugar São Sebastião da Boca do Baiano, no mesmo Município.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e atendendo a proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida, por conveniência do ensino, a escola de 1.ª entrada do lugar Santa Cruz de Buissá, Município de Breves, para o lugar São Sebastião da Boca do Baiano, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO N. 2.099 — DE 17 DE JULHO DE 1956
Transfere a escola de 1.ª entrada do lugar Liverpool, Município de Breves, para Bom Jardim do Tajapurá, no mesmo Município.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e atendendo a proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida, por conveniência do ensino, a escola de 1.ª entrada do lugar Liverpool, Município de Breves, para o lugar Bom Jardim do Tajapurá, no mesmo Município.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 6 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea a), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o bacharel Heliodoro dos Santos Arruda, ocupante efetivo do cargo de Promotor do Interior, lotado no Ministério Público, para exercer o cargo de Promotor da Capital, do Quadro Único, no impedimento do titular efetivo, bacharel Osvaldo de Brito Faria.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 6 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 6 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o bacharel Antonio Lucio Gonçalves Bastos do cargo de Promotor Substituto da Capital.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 6 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item III, do Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o 2.º Sargento da Polícia Militar do Estado Raimundo Silva, para exercer o cargo, em comissão, de Sub-Diretor, padrão H, do Quadro Único, lotado no Presídio S. José, vago com a exoneração de Miguel Lobato.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Osmar Mendes Paes Barreto para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão do Registro Civil em Baquiá Preto, Subdistrito Judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear José Carvalho de Moura para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão do Registro Civil no lugar Areias, Subdistrito Judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 61, da Lei n. 761, de 8 de março de 1954, Elias Ferreira de Souza para exercer a função de Juiz de Paz no lugar Limão, Subdistrito Judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Antônio Rodrigues da Silva para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão de Registro Civil na Vila Carrazedo, Subdistrito Judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 59, da Lei n. 761, de 8 de março de 1954, Manoel da Rocha Leureiro para exercer o cargo de 2.º Suplente de Pretor em Carrazedo, no Município de Gurupá, Distrito Judiciário da Comarca do mesmo nome.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com a Lei n. 761, de 8 de março de 1954, Raimundo Ribeiro Dias para exercer o cargo, que se acha vago, de 1.º Suplente de Juiz da sede da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Hilário Antonio do Nascimento para exercer a função de comissário de polícia no rio Baquiá Preto, no Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Antonio Nogueira dos Santos para exercer a função de comissário de polícia no rio Mararú, no Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Jerônimo Henrique da Fonseca para exercer a função de comissário de polícia no rio Pacurui, no Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Pedro Rutes Nogueira para exercer a função de comissário de polícia em Talassui, no Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Adão Pantoja de Sousa para exercer o cargo de escrivão — classe D, da Delegacia de Polícia da sede do Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Manoel Arruda Telles para exercer a função de comissário de polícia na vila de

Carrazado, Município de Gurupá.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Manoel Honorato Aragão para exercer a função de comissário de polícia no povoado Jocojó, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Domingos Sanches da Silva para exercer a função de delegado de polícia — classe D, na sede do Município de Gurupá, que se acha vaga.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Raimundo Emílio de Souza para exercer a função de comissário de polícia no rio Pará, Município de Almeirim.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Graçiano dos Santos Pêlaes da função de comissário de polícia do rio Baquiá Preto, no Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Graciano Duarte da Silva da função de comissário de polícia do rio Mararú, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Jovito Melo dos Santos da função de comissário de polícia no rio Pacurui, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Florentino Alho dos Santos da função de comissário de polícia da vila de Carrazado, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar João Tolentino dos Santos da função de comissário de polícia no povoado Jocojó, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Arquimedes Ferreira da Pureza da função de comissário de polícia em Talassui, Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Miguel Lobato do cargo, em comissão de Sub-Diretor, padrão H, do Quadro Único, lotado no Presídio São José.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar Alberto José Teixeira do cargo de escrivão do Registro Civil em Baquiá Preto, subdistrito, da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar Miguel José Bastos do cargo de Escrivão do Registro Civil em Itatupá, subdistrito judiciário da comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar Sebastião Moura de Farias do cargo de escrivão — classe D, da Delegacia de Polícia da sede do Município de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Manoel Rufino dos Santos para exercer a função

de comissário de polícia no rio Cametim, Município de Abaetetuba, que se acha vaga.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Francisco Estelvin Ribeiro para exercer a função de comissário de polícia em Costa Maratáuriz, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Raimundo Amorim para exercer a função de comissário de polícia na Colônia "Dr. João Miranda", Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Antonio Pinheiro Filho para exercer a função de comissário de polícia no rio Tucumanduba, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Tarcísio Augusto Dias para exercer a função de comissário de polícia em Maracapuá-miri, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Benjamim dos Santos Quaresma para exercer a função de comissário de polícia em Urubutuba, Município de Abaetetuba, que se acha vaga.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Manoel Sátira da Silva para exercer a função de comissário de polícia em Piquarara, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Audifas Rodrigues de Araújo para exercer a função de comissário de polícia na vila Beja, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Floriano Marques de Oliveira para exercer a função de comissário de polícia na povoação de Porto Seguro, Município de Igarapé-açu.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o ato de 3 do corrente, que nomeou Aureliano Marques da Silva para exercer a função de comissário de polícia na povoação de Porto Seguro, Município de Igarapé-açu.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Manoel Francisco de Vilhena da função de comissário de polícia em Costa Maratiquira, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Aurino de Figueiredo Mendes da função de suplente de comissário de polícia em Camboão, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Raimundo Leite da função de comissário de polícia na Colônia "Dr. João Miranda" Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Eulucio Viogas da Silva da função de comissário de polícia em Guajarázinho, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Marcelino de Deus Ferreira da função de comissário de polícia no rio Itacurugá, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Prisco de Oliveira Mota da função de comissário de polícia em Piquarara, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Antonio de Freitas Benjô da função de comissário de polícia do rio Anequara, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Belmiro Campos da função de comissário de polícia na vila Beja, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Antonio Nunes do Rego da função de comissário de polícia, em Maracapu-miri, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Joaquim Maués da função de comissário de polícia na do rio Tucumanduba, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Alcides Benjamim Costa para exercer, interinamente, o cargo de escrivão do registro civil na vila Laura Sodré, Distrito Judiciário da Comarca de Curuçá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Felizardo Ansel Ferreira Neto para exercer a função de comissário de polícia na vila Laura Sodré, Município de Curuçá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com art. 12, item IV, alínea a), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Helioimar Gonçalves de Matos ocupante efetivo do cargo de Escrivão de Polícia, classe D, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, para exercer, em substituição, o cargo de Sub-inspetor - padrão lotado na Inspeção da Polícia Militar e Aérea, durante o impedimento do titular efetivo, Arthur Veloso Filho.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com art. 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Bacharel Osvaldo Freire de Sousa, ocupante efetivo do cargo de Secretário do Ministério Público, para exercer, em comissão, de Sub-procurador Geral do Estado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Bacharel Silverio Siroteau Corrêa para exercer, interinamente, o cargo de Promotor do Interior, do Quadro Único, lotado na Comarca de Santarém, vaga com a remoção do Bacharel Ignácio Ubirajara Bentes de Sousa para a Comarca de Igarapé-miri.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Vivaldo Rodrigues da função de suplente de comissário de polícia em Arapixi, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar João Ferreira Sousa da função de Suplente de

comissário de polícia no lugar Lauri, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Epifânio Modesto Palheta da função de comissário de polícia na vila Laura Sodré, no Município de Curuçá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Manoel Espindola da função de suplente de comissário de polícia na sede do Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Diogenes Barbosa Malafala da função de suplente de comissário de polícia no Rio Arrozal, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Pedro Pires da Gama da função de suplente de comissário de polícia em Rebordão, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Mário Macêdo da Cunha da função de suplente de comissário de polícia de Tucumanduba, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Cristóvam Augusto Nazaré da função de suplente de comissário de polícia em São Joaquim, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Marcellio de Miranda Ruy-Seco da função de suplente de comissário de polícia do alto Rio Cururú, Município de Chaves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Ney Mendes Rodrigues da função de suplente de comissário de polícia no Rio Apurí, Município de Chaves.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, o Dr. Célio Mélo, do cargo de Sub-Procurador Geral do Estado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar Alberto do Vale Rodrigues do cargo de escrivão do registro civil na Vila Lauro Sodré, Distrito Judiciário da comarca de Curuçá.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve remover, de acordo com o art. 490, da Lei n. 761 de 8 de março de 1954, (Código Judiciário do Estado), o bacharel Mário Cavalcante Sucupira, ocupante do cargo de Promotor do Interior, do Quadro Único, da Comarca de Capanema para a Comarca de Gurupá, atualmente vaga, na conformidade do Ofício n. 170, da Procuradoria Geral do Estado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve remover, de acordo com o art. 490, da Lei n. 761 de 8 de março de 1954, (Código Judiciário do Estado), o bacharel Ignácio Ubirajara Bentes de Souza, ocupante do cargo de Promotor do Interior, do Quadro Único, da Comarca de Santarém para a Comarca de Igarapé-Miri, que se encontra vaga, na conformidade do Ofício n. 169, da Procuradoria Geral do Estado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Salvador Werceles Gurjão para exercer, interinamente, o cargo de Adjunto de Promotor, do

Quadro Único, lotado no Termo Único da Comarca de Conceição do Araguaia, vago com a exoneração de Raimundo Maranhão Lima.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Maranhão Lima do cargo de Adjunto de Promotor, do Quadro Único, lotado no Termo Único da Comarca de Conceição do Araguaia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado de Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DO DE FINANÇAS

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Anísio Araújo Uchoa para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão da Coletoria de Altamira, padrão A, do Quadro Único, vago com a exoneração de Lucimar dos Santos Barbosa para Mojú.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO DE 6 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve remover, ex-officio, de acordo com o art. 57, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Manoel de Jesus Machado, ocupante efetivo do cargo de Coletor, padrão C, do Quadro Único, da Coletoria de Cametá para a Coletoria de Itaituba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 6 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Ferro de Amorim para exercer, interinamente, o cargo de professor de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, na escola isolada de 2.ª classe, em Santa Cruz dos Martiros, 30. Distrito, Município da Conceição do Araguaia, vago com a exoneração de Maria Ilca de Souza.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Maria Ilca de Souza, do cargo de professor de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, na escola isolada de 2.ª classe, em Santa Cruz dos Martiros, 30. Distrito, Município da Conceição do Araguaia, vago com a exoneração de Raimundo Maranhão Lima.

30. Distrito, no Município de Conceição do Araguaia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DO DE SAÚDE PÚBLICA

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com

o art. 107, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Elza Costa de Oliveira, Bio-estaticista, padrão H, do Quadro Único, lotada na Secretaria de Saúde Pública, 90 dias de licença, a contar de 25 de maio a 22 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado

Henry Kayath

Secretário de Estado de Saúde Pública

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça. Em 13-7-56.

Petições:
0324 — Mário de Nazaré Hermes, engenheiro civil, pedindo juntada de processo. — Esta Secretaria adota em todos os seus termos o parecer do dr. Consultor judicial do Estado, que opina pelo indeferimento do presente requerimento. Em verdade, deferir-lo é abrir perigoso precedente. A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador.

0035 — Guilherme Imbiriba Lisboa, despachante estadual, em Santarém, pedindo de efetividade — A Secretaria de Finanças, para dizer se foram obedecidas as disposições atinentes a espécie.
0938 — Gilberto de Alcântara Lira, guarda civil, pedindo licença-saúde — A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador, com a aprovação do pedido por esta Secretaria.

0939 — Maria de Nazaré Bittencourt Peres, professora em Cametá, pedindo efetividade. — Ao D. P., para conhecimento do despacho — baixar o ato respectivo.

Carta:
N. 20, de Raimundo Sabá Guimarães, Mocajuba — Em verdade, como afirma o dr. Consultor Geral do Estado, o assunto escapa à alçada do Executivo, entretanto, opinamos pela remessa do presente expediente à Procuradoria Geral do Estado, para que determine ao assistente judiciário da comarca o exame do fato e diligência para assegurar o direito do peticionário.

Ofícios:
N. 52, do Asilo D. Macedo Costa, remetendo a folha de pagamento, referente ao mês de junho — Remeta-se à S.F.
N. 692, do Departamento Estadual de Segurança Pública, sobre o funcionário Antonino Corrêa da Rocha — Baixe-se Portaria, conforme determinação do Exmo. Sr. General Governador.

N. 695, do Departamento Estadual de Segurança Pública, faz solicitação — Solicite-se aos órgãos indicados a indicação dos seus representantes para a composição do Conselho E. de Trânsito.

N. 179, do Departamento de Receita, remessa de relatório da comissão nomeada pela Portaria n. 45, daquela Diretoria — Ao DESP, para abertura de inquérito policial.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECEITA

Diretor do Departamento de Receita.
Em 13-7-1956.
Processos:
N. 4309, de Ubaldino Simões. — Verificado, embarque-se.
N. 4310, do dr. Hermógenes

Conduru — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.
N. 4311, do padre Paulo Corroll — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.
N. 4312, do Hospital Belém — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.
N. 4313, de Albertina Lima de Souza — Verificado, embarque-se.

— N. 578, do Ministério da Agricultura — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 152, do Estabelecimento Regional de Subsistência — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 577, do Ministério da Agricultura — Permita-se o embarque.

— N. 2, do Consulado do Peru — Ao conferente do armazém, para verificar e permitir o embarque.

— N. 55, do Território Federal do Amapá — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 54, do Território Federal do Amapá — Dada baixa no manifesto geral, verificado, permita-se o embarque.

— Sin., do Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo — Como requer. De-se ciência deste despacho ao chefe do posto fiscal do Entroncamento.

— N. 4237, de Pires Guerreiro & Cia. — Ao funcionário Osvaldo Cardias, para assistir e informar.

— N. 4262, de G. Cavalcante — Ao funcionário Osvaldo Cardias, para assistir e informar.

— N. 4299, de D. W. Bendel — As seções 2a. e 1a., respectivamente, para os devidos fins.

— N. 4290, da Empresa Exportadora Paraense Ltda. — As Seções 2a. e 1a., respectivamente, para os devidos fins.

— N. 4188, da Companhia Industrial do Brasil — A 2a. Seção.

— N. 4314, de Raimundo Castor Mesquita — A Seção de Fiscalização.

— N. 4315, de Comércio Internacional Ltda. — A Seção de Fiscalização.

— N. 4317, de Moore Mc Cormack (Navegação) — Verificado, entregue-se.

— N. 4324, de M. Cardoso, Comércio e Indústria Ltda. — A Seção de Fiscalização.

— N. 105, do Departamento de Cooperativismo e de Assistência Social Rural — A Contadoria.

— N. 4337, de Oscarito Lanter — As Seções 2a. e 1a., respectivamente, para conhecimento e arquivar.

— N. 4325, de José Maria Archer da Silva — As Seções 1a. e 2a., para tomarem conhecimento e devolverem este expediente.

— N. 4326, de J. Negrão da Costa — A Seção de Fiscalização.

— N. 4329, de Silva Lopes & Cia. — Ao chefe do posto fiscal do Var-o-Pêso, para verificar e entregar.

— N. 4355, de Comércio de Madeiras e Representações Ltda. — A 1a. Seção, para processar o depósito.

— N. 4325, de Manoel P. da Silva — Encaminhe-se.

— N. 4327, de Molier S. A. Comércio e Representações — Ao chefe do posto fiscal da Doca Souza Franco, para providenciar e informar.

— N. 4330, de Mira Silva — Ao conferente do Cais, para atender.

— N. 20, da Procuradoria em Belém — Ao conferente do armazém, para verificar e permitir o embarque.

— N. 22, da Procuradoria em Belém — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 21, da Procuradoria em Belém — Verificado, entregue-se.

— N. 23, da Procuradoria em Belém — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se, e faça-se o embarque.

— N. 4333, de Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S. A. — A 1a. Seção, para processar o depósito.

— N. 692, do Departamento Nacional de Endemias Rurais — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 59, do Ministério da Viação e Obras Públicas — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4331, da Fábrica União, Indústria e Comércio S. A. — A Seção de Fiscalização.

— N. 4323, do Comércio de Madeiras e Representações Ltda. — Ao chefe do Cais do Porto, para providenciar e informar.

— N. 3905, de E. Figueiredo — A 2a. Seção, para mandar processar a Estatística referente ao acres-

cimo verificado.

— N. 4339, de Hilário Ferreira & Cia. Ltda. — Verificado, entregue-se.

— N. 4332, de Adel Banna — A Seção de Fiscalização.

— N. 4334, de Adriano Andrade & Cia. — A Seção de Fiscalização.

— N. 4336, de J. S. Pinto — A Seção de Fiscalização.

— N. 4338, de J. Fonseca & Cia. — Ao chefe do Posto Fiscal do Porto do Sal, para providenciar e informar.

— N. 4341, de Eduardo G. Lima — A Seção de Fiscalização.

— N. 4343, de Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S. A. — A 1a. Seção, para fazer o depósito.

— N. 4390, da Cia. Automotriz Brasileira — Junte-se ao processo que transita neste Departamento.

— N. 4345, de Adalino Miranda Corrêa — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4346, de Altonio & Cia. — A Seção de Mecanização, para fazer a transferência de que se trata este expediente.

— N. 4348, de São José de Ribamar Industrial Ltda. — A Seção, para processar o depósito.

— N. 4347, de Elói Alves de Souza — A Contadoria, para certificar.

— N. 4346, de Mário Gonçalves dos Santos — A Seção de Fiscalização.

— N. 4348, de Souza Irmão & Cia. — A Seção de Fiscalização.

— Sin., do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4345, de M. Oliveira & Souza — A Seção de Mecanização, para os devidos fins.

— N. 4343, do dr. Cleo Bernardo — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4342, de Shell Brazil Limited — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 153, do Estabelecimento Regional de Subsistência — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 40, do Instituto Agronômico do Norte — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4350, de L. Tavares — A Seção de Fiscalização.

— N. 4352, de Geolider Engenharia Ltda. — Verificado, entregue-se.

— N. 4351, de Oscar J. Chama — A Seção de Fiscalização.

— N. 4353, de Barros e Cordeliro, Comércio e Navegação S. A. — Ao chefe do posto fiscal do Porto do Sal, para providenciar.

— N. 4354, de Alveir Cavalcante Lopes de Souza — Ao conferente do Cais, para permitir o embarque.

— N. 4356, de Gonçalves Pereira & Cia. — Ao funcionário Osvaldo Cardias, para assistir e informar.

— N. 4358, de Atlantic (Brazil) Limited — Ao fiscal do distrito, para informar.

— N. 1012, do Lóide Brasileiro — Ao conferente do armazém, para atender.

— N. 461, do Instituto de Apoiamento e Pensões dos Comerciantes — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4357, de Produtos Vitória Ltda. — Ao chefe do Posto Fiscal do Var-o-Pêso, para atender.

— N. 4359, de A. Henrique de Oliveira — A Seção de Fiscalização.

— Sin., da Companhia Nacional de Navegação Costeira — P. N. — Verificado, entregue-se.

— N. 4363, de José Lobato Eouilhosa — Verificado, entregue-se.

— N. 4360, de Salim Bouza — Ao conferente, para verificar e permitir o embarque.

— N. 4365, de Norman I. Boggi — Verificado, entregue-se.

— N. 4360, de Ludgero Rocha da Silva — A Seção de Fiscalização, para certificar.

— N. 4367, do Instituto Off

Leôla — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4369, de Elias Hage — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4370, do dr. Deusdedit de Moura Ribeiro — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4371, de Soares de Carvalho — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4373, do Rádio Clube do Pará S. A. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4162, de S. L. Aguiar & Cia. — A 2a. Seção, para os devidos fins.

— N. 4372, de Soares de Carvalho — Ao chefe do Posto Fiscal de Tocantins, para providenciar e informar.

— N. 4132, de Molier S. A. — A 1a. Seção, para as devidas anotações, nos respectivos atestados, lido em seguida a 2a., para cobrança do serviço remunerado.

— N. 22, da Coletoria Estadual de Igarapé-Açu — A 1a. Seção, para processar o recolhimento.

— N. 22, da Coletoria Estadual de Almeirim — A 1a. Seção, para fazer o recolhimento.

— N. 504, do Saps — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 177, do Serviço Especial de Saúde Pública — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 583, do Ministério da Agricultura — Embarque-se.

— N. 4344, de Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S. A. — Baixe-se Portaria designando o funcionário Joventino Coutinho, para medir, embarcar e informar.

— N. 4333, de Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S. A. — Designo o funcionário Joventino Coutinho, para assistir à medição e ao embarque de madeiras de que trata este requerimento, informando, pormenorizadamente, o que verificar. Baixe-se Portaria.

— N. 4378, de Francisco Pereira Dantas — A 1a. Seção, para processar o depósito.

— N. 4376, de José Joaquim Martins — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4377, de Calil Quemel & Cia. — A Seção de Fiscalização.

— N. 115, do Quartel General da 1a. Zona Aérea — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

— N. 4274, da Companhia Industrial do Brasil — Reforme o despacho supra, para designar o funcionário Joaquim Calandrine, a fim de executar o mesmo.

— N. 4980, da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4381, de Martins Melo & Cia. — Ao funcionário Osvaldo Cardias, para verificar e informar.

— N. 4378, de Francisco Pereira Dantas — Ao chefe do Cais do Porto, para providenciar e informar.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará

PORTARIA N. 198, DE 14 DE JULHO DE 1956

O Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 39, de 19 de junho de 1952, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, tendo em vista o deliberado pelo Plenário desta COAP em sua reunião ordinária de 12 de julho de 1956, e considerando as dificuldades de transporte marítimo para a importação de legumes e o alto custo do transporte por avião, de que se têm de lançar mão os importadores.

RESOLVE:

Art. 1.º Liberar os preços de venda dos legumes, repolho, cenoura e beterraba, quando importados de outros Estados por via aérea.

Art. 2.º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogando-se as disposições em contrário.

Belém, 14 de julho de 1956. — Ten. Cel. Geraldo Daltro da Silveira, Presidente.

PORTARIA N. 199, DE 14 DE JULHO DE 1956

O Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 39, de 19 de junho de 1952, da Comissão Federal de

Abastecimento e Preços, tendo em vista o deliberado pelo Plenário desta COAP em sua reunião ordinária de 12 de julho de 1956, e considerando ter havido aumento nas despesas com a importação de cerveja, resultante da majoração dos fretes;

Considerando não ser recomendável a liberação de preços pretendida pelos importadores, que argumentam com a iminência do aumento das taxas portuárias e do salário mínimo regional.

RESOLVE:

Art. 1.º Adotar o seguinte tabelamento para a venda de cerveja, no natural ou gelada, no município de Belém:

Do importador ao revendedor — Cr\$ 182,00 p/ dúzia.

Do revendedor para o consumidor — Cr\$ 20,00 p/ unidade.

Art. 2.º Em recintos fechados onde se realizarem danças (dançings, boites, cabarés, etc.) bem como em teatros, circos, parques de diversões, balneários e campos de futebol, a cerveja, ao natural ou gelada, poderá ser vendida ao preço de Cr\$ 25,00, por unidade.

Art. 2.º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogando-se as disposições em contrário, notadamente a Portaria n. 184, de 4 de abril de 1956.

Belém, 14 de julho de 1956. — Ten. Cel. Geraldo Daltro da Silveira, Presidente.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

(Portaria n. 1.067—DG, de 5-7-56)

Por determinação do Sr. Presidente da Comissão do Processo Administrativo do DER—PA, levou ao conhecimento dos Engenheiros Belisário Dias, Gilberto de Mendonça Vasconcelos, Canção José Costa Ferreira de Araújo, Romariz Figueiredo Pampolha e Pedro Ferreira Ligonati, e Srs. Cezar Lopes Portela, Francisco Alves Corveia,

Paulo Miguel Monteiro, George Seawright, Salgado, Lauro Dias e Olimpio Pinto Pampolha Filho, que perante esta Comissão instalada na sala n. 1.194 do Edifício do I.A.P.I. — 11.º andar, onde funciona a Assistência aos Municípios do DER — PA, serão tomadas por termo as deliberações dos Srs. Orlando Pereira do Lago, em 20/7/56, às 9 horas; Artur Gomes da Silva em 26/7/56, às 15 horas e José Lima, em 21/7/56, às 9 horas.

José de Menezes Machado, Secretário da Comissão

GOVERNO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Térmo aditivo ao contrato firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Instituto Ofir Loiola, para prosseguimento do seu hospital infantil, em Belém, Estado do Pará.

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o doutor Waldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o doutor Jean Chiere Miguel Bitar, que também se assina simplesmente Jean Bitar, brasileiro, casado, médico, identificado neste ato, como o próprio, agindo na qualidade de presidente do Instituto Ofir Loiola, firmaram o presente termo aditivo ao contrato celebrado entre as mesmas partes, em doze (12) de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955) e registrado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União em quatro (4) de novembro do mesmo ano, para o fim especial de ajustar, como ajustado têm, substituir os planos de aplicação que acompanharam o termo aditado, como seus anexos números hum (1) e dois (2), pelos que, devidamente rubricados

pelos representantes de ambas as entidades contratantes a este acompanham dele fazendo parte integrante.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, que também ratificaram, neste ato, todas as demais condições, cláusulas e encargos do instrumento aditado, do qual passará este a fazer parte integrante, a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União, eu, Inocêncio Machado Coelho Neto, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo aditivo, o qual, depois de datilografado, lido e achado certo, vai assinado pelo doutor Waldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo doutor Jean Chiere Miguel Bitar, que também assina, simplesmente, Jean Bitar, representando o Instituto Ofir Loiola e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 14 de julho de 1956.

WALDIR BOUHID

JEAN BITAR

INOCÊNCIO MACHADO COELHO NETO

Testemunhas:

Abilio Coutinho da Silva

Aderbal Melo

ESTADO DO PARÁ

PLANO DE APLICAÇÃO DA VERBA DE CR\$ 500.000,00, PARA O PROSSEGUIMENTO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL DO INSTITUTO OFIR LOIOLA, EM BELÉM — CONCLUSÃO DO BLOCO OPERATÓRIO.

| DISCRIMINAÇÃO | U | Q | PREÇO | |
|---|----|--------|----------|-----------------|
| | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| I Demolição de paredes | m2 | 41,00 | 20,00 | 820,00 |
| II Paredes a construir | m2 | 39,40 | 90,00 | 3.546,00 |
| III Rebôco de paredes | m2 | 189,00 | 25,00 | 4.725,00 |
| IV Laje de concreto | m3 | 12,40 | 4.000,00 | 49.600,00 |
| V Vigas e vergas | m3 | 6,70 | 4.000,00 | 26.800,00 |
| VI Rebôco de tetos | m2 | 176,00 | 30,00 | 5.280,00 |
| VII Azulejos | m2 | 214,00 | 200,00 | 42.800,00 |
| VIII Grega hidráulica | m1 | 15,00 | 50,00 | 750,00 |
| IX Respaldo de piso | m2 | 27,00 | 40,00 | 1.080,00 |
| X Pisos de S. Cetano | m2 | 128,00 | 300,00 | 38.400,00 |
| XI Pisos de tacos | m2 | 27,00 | 190,00 | 5.130,00 |
| XII Piso condutivo (salas de operações) | m2 | 58,30 | 700,00 | 40.810,00 |
| XIII Rodapés S. Caetano | m1 | 77,50 | 100,00 | 7.750,00 |
| XIV Rodapés de acapú | m1 | 21,00 | 45,00 | 945,00 |
| XV Esquadrias de acapú e freijó | m2 | 72,00 | 400,00 | 28.800,00 |
| XVI Vidros martelados | m2 | 30,00 | 400,00 | 12.000,00 |
| XVII Instalação de água | m1 | 62,00 | 170,00 | 10.540,00 |
| XVIII Tijolos de vidro | m2 | 6,00 | 1.600,00 | 9.600,00 |
| XIX Instalação de esgotos | m1 | 50,00 | 150,00 | 7.500,00 |
| XX Instalação elétrica | vb | | | 120.446,10 |
| XXI Aparelhos sanitários | vb | | | 8.700,00 |
| XXII Acessórios | vb | | | 1.200,00 |
| XXIII Pintura a óleo | m2 | 224,00 | 50,00 | 11.200,00 |
| XXIV Pintura a aquarela | m2 | 520,00 | 30,00 | 15.600,00 |
| XXV Pintura a cal | m2 | 129,00 | 10,00 | 1.290,00 |
| XXVI Eventuais | vb | | | 16.932,00 |
| XXVII Administração | vb | | | 27.755,70 |
| TOTAL | | | | Cr\$ 500.000,00 |

ESTADO DO PARÁ
ESPECIFICAÇÕES PARA O PROSSEGUIMENTO DA
CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL DO
INSTITUTO OFIR LOIOLA EM BELÉM — CONCLU-
SÃO DO BLOCO OPERATÓRIO.

- I DEMOLIÇÃO DE PAREDES**
 As paredes serão demolidas de acordo com o que consta em planta.
- II CONSTRUÇÃO DE PAREDES**
 As paredes serão construídas de acordo com o que consta em planta, em alvenaria de tijolo de 3 furos. Os tijolos deverão ser rejuntados com argamassa no traço 1:9:3 (cimento, areia e barro).
- III CONCRETO ARMADO**
 Será utilizado na confecção de lajes, vergas e vigas, utilizando-se o traço 1:2,5:4 (cimento, areia e brita). Por ocasião da fundição dos elementos o concreto deverá ser rigorosamente apiloado ou vibrado.
 As lajes de concreto, com a finalidade de reduzir o pé direito, de espessura máxima igual a 6cm, serão executadas nos seguintes compartimentos: salas de cirurgia, sub-esterilização, cistoscopia, raios X, vestiário de médicos, camas e macas, corredor cirúrgico e posto de enfermagem.
 As vigas serão executadas nas salas de cirurgia, no posto de material e autoclave e no posto de enfermeira, destinadas, exceto as primeiras, a substituir o apóio das paredes suprimidas.
 As vergas serão utilizadas para a abertura de novas portas e o aumento na largura de portas existentes, conforme as convenções utilizadas em planta anexa.
- IV REBOCO DE TETOS**
 Será feito com argamassa traço 1:3:2 (cimento, areia e barro), sobre superfície previamente chapiscada com argamassa traço 1:1 (cimento e areia).
- V REBOCO DE PAREDES**
 Será executado com argamassa no traço 1:7:2 (cimento, areia, e terra) e alizados a parafuso.
- VI PAVIMENTAÇÃO**
 Todos os pisos de quartos e armários serão executados em tacos retangulares de acapú e pau amarelo, assentes com hidroasfalto e obedecendo a desenhos simples. Os rodapés serão em acapú, arrematados junto aos pisos por meio de molduras em meia cana.
 Os corredores, os WW.CC.BB., os avarandados e compartimentos de serviço, terão pisos de cerâmica retangular vermelha "S. Caetano", com rodapés tipo hospital, do mesmo material.
- VII AZULEJOS**
 Os WW.CC.BB., terão as paredes revestidas de 9 fiadas de azulejos brancos 0,15 x 0,15m marca "Klabin", com arremates de arcaduras do mesmo material. As salas de operação terão as paredes e tetos revestidos de azulejos.
- VIII ESQUADRIAS**
 As externas serão em acapú de 1" de espessura para as janelas e 3cm para as portas. Todas as portas internas serão de freijó, com alçares e duelas, com 3cm de espessura, excetuando as dos WW.CC.BB. que serão em acapú de 1". Portas e janelas obedecerão ao modelo das coloradas na parte existente.
- IX VIDROS**
 Serão do tipo granitado de 2mm de espessura.
- X FERRAGENS**
 As portas serão providas de: 1 fechadura de embutir, com maçaneta e espelho de latão niquelado;

ferrolhos de sobrepor de ferro batido; dobradiças de ferro polido de 3" x 3".
 As portas dos WW.CC.BB. terão fechadura do tipo "livre-ocupado".

As janelas terão: 1 cremona de latão niquelado com vara de ferro polido; dobradiças de ferro polido de 2 1/2" x 3". Os balancins serão providos de gonzo de ferro e alavancas articuladas do mesmo material.

INSTALAÇÕES DIVERSAS

De água:

Será toda embutida nas paredes em tubos de ferro galvanizado de 3/4" e 1/2" para as derivações secundárias que posteriormente serão ligados à rede geral de diâmetro adequado.

De luz:

A instalação elétrica do Bloco Cirúrgico compreende 3 seções distintas: instalação de iluminação LP, instalação de força PP e instalação de emergência EM. Estes dois circuitos distintos estão baseados nos padrões mínimos exigidos pela U. S. Public Health e especificados pela Westinghouse Electric Corporation. A iluminação compreende focos de luz difusa (luz solar) fria com proteção contra estilhaçamento. A instalação de força compreende interruptores a prova de explosão tipo De-Ion e tomadas tipo Duplex, também de proteção. Os detalhes constam da proposta do Sr. José Soares.

De esgotos:

Os principais serão executados em tubos "Civilit" de 4" e os secundários em tubos de 2" desse mesmo material. Os lavatórios serão providos de sifão niquelado e haverá 2 ralos sifonados.

PINTURA

A óleo fosco: corredores e compartimentos de serviço.

A óleo comum: todas as esquadrias.
 Tetos e paredes dos quartos e WW.CC.BB. Serão pintados a 3 demãos de aquarela à base de cola e cré. As fachadas serão pintadas com duas demãos de Biconservado "Sika".

APARELHOS

Cada WW.CC.BB. terá: 1 vaso de louça com tanque de ferro tipo "Boralli", 1 lavatório de louça, 1 chuveiro niquelado, 1 porta-papel de embutir, 1 cabide de louça e um porta-toalhas de latão niquelado.

Termo de acordo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Serviço Especial de Saúde Pública, para manutenção do Hospital de Santarém (Pará).

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o doutor Waldir Bouhla, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o doutor Garibaldi Bezerra de Faria, representando o Serviço Especial de Saúde Pública, firmaram o presente acordo, para o fim especial de discutir sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício corrente, destinados à manutenção do Hospital de Santarém (Pará), acordo este firmado nos termos do artigo dezesseis (16), da Lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquen-

ta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente acordo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano vindouro (art. 9.º, § 2.º), da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLÁUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acordo, o Serviço Especial de Saúde Pública obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados à manutenção do Hospital de Santarém (Pará) obedecendo ao plano de aplicação que, rubricado pelos representantes de ambas as entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará ao Serviço Especial de Saúde Pública a quantia de três milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 3.500.000,00), valor da dotação constante do Orçamento Geral da União Exercício de mil novecentos e cinquenta e seis (1956); anexo quatro (4) — Poder Executivo; sub-anexo dez (10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Despesas de Capital; Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignações 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa — 3.5.0.0 — Saúde; 3.5.3.0 — Assistência médico sanitária; 3.5.3.1. — Hospitais e Maternidades; 15 — Pará; 5 — Realização de empreendimentos a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública; 5 — manutenção do Hospital de Santarém: Cr\$ 3.500.000,00. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

CLÁUSULA QUARTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acordo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Serviço Especial de Saúde Pública sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido; e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLÁUSULA QUINTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLÁUSULA SEXTA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento do programa aprovado.

CLÁUSULA SÉTIMA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLÁUSULA OITAVA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acordo, deverão ser feitas mediante concorrência

pública, quando seu valor for igual ou superior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ou mediante concorrência administrativa, quando esse valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) e inferior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), e, finalmente, mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00). Por exceção, quando se verificar alguma das hipóteses previstas no artigo duzentos e quarenta e seis (246), do decreto número quatro mil quinhentos e trinta e seis (4.536), de vinte e oito (28) de janeiro de mil novecentos e vinte e dois (1922), Código de Contabilidade Pública, poderá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia dispensar a concorrência, nos termos do artigo quarenta e sete (47), inciso quarenta e um (XLI), do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953) promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

CLÁUSULA NONA: — Poderá este acordo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das entidades acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, eu, Inocêncio Machado Coelho Neto, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de datilografado, lido e achado certo, vai assinado pelo doutor Waldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo doutor Garibaldi Bezerra de Faria, representante do Serviço Especial de Saúde Pública e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém 13 de julho de 1956.

WALDIR BOUHID

GARIBALDI BEZERRA DE FARIA

INOCÊNCIO MACHADO COELHO NETO

Testemunhas:

Neliy Barbosa

Jucandino Puget.

ANEXO AO CONVÊNIO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DE SANTARÉM (PARÁ)

| Unidade Hospitalar de Santarém | Cr\$ |
|--------------------------------|--------------|
| a. Pessoal | 2.625.000,00 |
| b. Material | 525.000,00 |
| c. Diversos | 350.000,00 |
| | 3.500.000,00 |

2.º Termo aditivo ao contrato firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Campanha Nacional da Merenda Escolar na Primeira Região, para prorrogação da vigência do convênio.

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o doutor Waldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e a Campanha Nacional da Merenda Escolar na Primeira Região, devidamente representada pelo Sr. Armando Marques da Silva, por despacho de 26 de junho do corrente ano, do Senhor Ministro de Educação e Cultura, firmaram o presente termo aditivo ao acordo celebrado entre as mesmas partes, em trinta (30) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), para o fim especial de ajustar, como ajustado têm, prorrogar a vigên-

cia do termo aditado para até o dia 31 de dezembro do corrente ano, prorrogando, em consequência, o prazo de prestação de contas para até o último dia de fevereiro do ano vindouro.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, que também ratificaram, neste ato, tôdas as demais condições, cláusulas e encargos do instrumento aditado, do qual passa este a fazer parte integrante, eu, Inocêncio Machado Coelho Neto, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo aditivo, o qual, depois de datilografado, lido e achado certo, vai assinado pelo doutor Waldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo Senhor Armando Marques da Silva, representante da Campanha Nacional da Merenda Escolar na Primeira Região e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 14 de julho de 1956.

WALDIR BOUHID

ARMANDO MARQUES DA SILVA

INOCÊNCIO MACHADO COELHO NETO

Testemunhas:

Abilio Coutinho da Silva

Dolores Fernandes Gonçalves

Térmo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Serviço Especial de Saúde Pública, para manutenção do Hospital de Benjamin Constant (Amazonas).

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o doutor WALDIR BOUHID, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o doutor GARIBALDI BEZERRA DE FARIA, representando o Serviço Especial de Saúde Pública, firmaram o presente acôrdo, para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício corrente, destinados à manutenção do Hospital de Benjamin Constant (Amazonas), acôrdo este firmado nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806) de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano vindouro (art. 9.º, § 2.º, da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo, o Serviço Especial de Saúde Pública obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados à manutenção do Hospital de Benjamin Constant, obedecendo ao plano de aplicação que, rubricado pelos representantes de ambas as entidades, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará ao Serviço Especial de Saúde Pública a quantia de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.500.000,00), valor da dotação constante do Orçamento Geral da União — Exercício de mil novecentos e cinquenta e seis (1956); anexo quatro

(4) — Poder Executivo; sub-anexo dez 10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Despesas de Capital; Verba 3.0.0.0. — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignações 3.2.0.0. — Dispositivos Constitucionais; 3.2.0.2. — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa: 3.5.0.0. — Saúde; 3.5.3.0. — Assistência médico sanitária; 3.5.3.1. — Hospitais e Maternidades; 04 — Amazonas — 3 — Manutenção do Hospital de Benjamin Constant a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública Cr\$ 2.500.000,00. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

CLAUSULA QUARTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Serviço Especial de Saúde Pública sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLAUSULA SEXTA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento do programa aprovado.

CLAUSULA SÉTIMA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA OITAVA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência pública, quando seu valor for igual ou superior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ou mediante concorrência administrativa, quando esse valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) e inferior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), e, finalmente, mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00). Por exceção, quando se verificar alguma das hipóteses previstas no artigo duzentos e quarenta e seis (246), do decreto número quatro mil quinhentos e trinta e seis (4.536), de vinte e oito (28) de janeiro de mil novecentos e vinte e dois (1922), Código de Contabilidade Pública, poderá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia dispensar a concorrência, nos termos do artigo quarenta e sete (47), inciso quarenta e um (XLI), do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

CLAUSULA NONA: — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das entidades acordantes, mas tôdas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu, Inocêncio Machado Coêlho Neto, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de datilografado, lido e achado certo, vai assinado pelo doutor WALDIR BOUHD, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo doutor GARIBALDI BEZERRA DE FARIA, representante do Serviço Especial de Saúde Pública e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 13 de julho de 1953.

WALDIR BOUHD

GARIBALDI BEZERRA DE FARIA

INOCÊNCIO MACHADO COELHO NETO

Testemunhas:

Abílio Coutinho da Silva

Jucundino Puget

ANEXO AO CONVÊNIO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DE BENJAMIN CONSTANT (AMAZONAS)

| Unidade Hospitalar de Benjamin Constant | Cr\$ |
|---|--------------|
| a. Pessoal | 1.875.000,00 |
| b. Material | 375.000,00 |
| c. Diversos | 250.000,00 |
| | 2.500.000,00 |

Termo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Serviço Especial de Saúde Pública, para manutenção do Hospital de Breves (Pará).

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o doutor Waldir Bouhd, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o doutor Garibaldi Bezerra de Faria, representando o Serviço Especial de Saúde Pública, firmaram o presente acôrdo, para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício corrente, destinados à manutenção do Hospital de Breves (Pará), acôrdo este firmado nos termos do artigo dezesseis (16) da Lei número mil oitocentos e seis (1806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano vindouro (art. 9.º, § 2.º, da Lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLÁUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo, o Serviço Especial de Saúde Pública obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados à manutenção do Hospital de Breves (Pará), obedecendo ao plano de aplicação que, rubricado pelos representantes de ambas as entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará:

Serviço Especial de Saúde Pública a quantia de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.500.000,00), valor da dotação constante do Orçamento Geral da União — Exercício de mil novecentos e cinquenta e seis (1956); anexo quatro (4) — Poder Executivo; sub-anexo dez (10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Despesas de Capital; Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal) Discriminação da Despesa — 3.5.0.0 — Saúde; 3.5.3.1 — Assistência Médico Sanitária; 15 — Pará; 5 — Realização de empreendimentos a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública 6 — Manutenção do Hospital de Breves: dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.500.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

CLÁUSULA QUARTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Serviço Especial de Saúde Pública sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLÁUSULA QUINTA: — O Serviço Especial de Saúde Pública apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLÁUSULA SEXTA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento do programa aprovado.

CLÁUSULA SÉTIMA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLÁUSULA OITAVA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência pública, quando seu valor for igual ou superior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ou mediante concorrência administrativa, quando esse valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) e inferior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), e, finalmente, mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00). Por exceção, quando se verificar alguma das hipóteses previstas no artigo duzentos e quarenta e seis (246), do decreto número quatro mil quinhentos e trinta e seis (4.536), de vinte e oito (28) de janeiro de mil novecentos e vinte e dois (1922), Código de Contabilidade Pública, poderá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia dispensar a concorrência, nos termos do artigo quarenta e sete (47), inciso quarenta e um (XLI), do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cin-

quenta e três (1953), promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

CLAUSULA NONA: — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, e renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das entidades acordantes, mas tôdas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu Inocência Machado Coelho Neto, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de datilografado, lido e achado certo, vai assinado pelo doutor Wáldir Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo doutor Garibaldi Bezerra de Faria, representante do Serviço Especial de Saúde Pública e por mim, com as testemunhas abaixo, para tôdos os fins de direito.

Belém, 13 de julho de 1956.

WALDIR BOUHID

GARIBALDI BEZERRA DE FARIA

INOCÊNCIA MACHADO COELHO NETO

Testemunhas:

Nelly Barbosa

Jucundino Pugê

ANEXO AO CONVÊNIO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DE BREVES (PARÁ).

| Unidade Hospitalar de Breves | | Cr\$ |
|------------------------------|--------------|--------------|
| a. Pessoal | 1.875.000,00 | |
| b. Material | 375.000,00 | |
| c. Diversos | 250.000,00 | 2.500.000,00 |

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de terras

O Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a snra. Maria de Oliveira Duarte, brasileira, viúva, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Mauriti, Barão do Triunfo, 25 de Setembro, e Duque de Caxias a 196,40m.

Dimensões:
Frente — 8,40 m.
Fundos — 71,50 m.
Área — 600,60 m².

Forma regular. Terreno edificado com o n.º 945.

Convido os herêus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o qual não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura

Municipal de Belém, 14 de julho de 1956.

Hildegardo Bentes Fortunato
Secretário de Obras
(T — 14.986 — 18, 28/7, e 7/8/56)

Aforamento de terras

O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. Juvenal de Araújo Lima, brasileiro, casado, militar, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Duque de Caxias, Castelo Branco, João Balbi, e Domingos Marreiros, a 169,10 metros.

Dimensões:
Frente — 5,40 metros.
Fundos — 40,00 metros.
Área — 216,00 m².

Forma regular. Terreno edificado n.º 149.

Convido os herêus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o qual não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura

Municipal de Belém, 6 de julho de 1956. — (a) Hildegardo Bentes Fortunato, secretário de Obras.
(14927 — 8, 18 e 28/7/56 - Cr\$ 200,00)

Aforamentos de terras

O Dr. Hildegardo Bentes Fortunato, pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. José Francisco de Assis, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Marajá, S. denominação, Santa Cruz, e Passagem União, onde faz angulo.

Dimensões —

Frente — 9,50 m

Fundos — 40,00 m

Área — 380,00 m²

Forma regular. Terreno edificado com o n.º 36.

Convido os herêus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o qual não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Belém, 28 de junho de 1956.

Hildegardo Bentes Fortunato
Secretário de Obras
(T — 14.582 — 29/6 e 8, 18/7/56 - Cr\$ 120,00).

Aforamento de terras

O Dr. Hildegardo Bentes Fortunato, pelo secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o sr. Artur Coelho de Abreu, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: o terreno em apreço e o lote n.º 40 do loteamento do Outeiro, com frente para a Passagem José Simeão, Franklin Menezes e Estrada do Patronato.

Dimensões:

Frente — 1200m.

Fundos — 30,00m.

Área — 360,00m².

Forma regular. Terreno baldio, cercado.

Convido os herêus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o qual não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 27 de junho de 1956. — (a) Hildegardo B. Fortunato, secretário de Obras.
(T. 14.870 — 28/6; 8 e 18/7/56 — Cr\$ 120,00)

Aforamentos de terras

O Dr. Hildegardo Bentes Fortunato, pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a snra. Benedita Maria da Fonseca, brasileira, viúva, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Caripunas, Conceição, 3 de Maio, 9 de Janeiro, a 40,00m.

Dimensões —

Frente — 336,00 m

Fundos — 30,17,00 m

Área — 101,3712,00 m²

Forma regular. Confina à direita com o imóvel 1684, e à esquerda com os fundos do imóvel que faz frente para a 9 de Janeiro. Terreno edificado com o n.º 1684.

Convido os herêus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o qual não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 27 de junho de 1956.

Hildegardo Bentes Fortunato
Secretário de Obras
(T — 14.874 — 28/6 e 8, 18/7/56 - Cr\$ 120,00).

ANÚNCIOS

COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ" ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1.ª Convocação

São convidados os acionistas a reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27 de Julho de 1956, às quinze horas, na sede da Companhia, à Rua Conselheiro João Alfredo, n.º 54 — 1.º andar, e que terá por fim de liberar sobre: a) Reforma dos Estatutos; b) aumento do Capital Social.

Belém, 17 de Julho de 1956.

Os Diretores:

Oscar Faciola

Simão Roffé

Rafael Fernandes de Oliveira Gomes.

(Ext — 18, 19 e 20/7/56)

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

PORTARIA N. 159/56 GP

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Considerar facultativo o ponto, a 16 do corrente, em todas as repartições do Município, com exceção das arrecadadoras, tendo em

vista ser essa data dedicada às comemorações do "Dia do Comerciante".

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 13 de julho de 1956.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XXI

BELÉM — QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1956

NUM. 4.690

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Resenha da 23.ª Conferência ordinária da 1.ª Câmara Penal do Tribunal de Justiça do Estado, realizada no dia 9 de julho de 1956, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador Arnaldo Valente Lobo.

Presentes — Os desembargadores Mauricio Pinto, Antonino Melo e Alvaro Pantoja.

Licenciado — Exmo. Sr. Des. Sousa Moita.

Procurador Geral do Estado — Luis de Brito Faria.

Secretário — Dr. Luis Faria.

MATÉRIA CIVIL

Agravo em Mesa

Agravante, Albino Jorge Ferreira; agravado, o venerando Acórdão n. 195. Relator, Des. Mauricio Pinto — Adiado por falta de número, devendo ser convocado o Des. Milton Melo, da 2.ª Câmara.

Agravo

Agravante, Adalgiza Medeiros Branco de Carvalho; agravados, Carmen Fernandes Medeiros Branco e seus filhos. Relator, Des. Alvaro Pantoja — O Des. Mauricio Pinto pediu vista dos autos.

Apelação cível

Capital: apelantes, José de Oliveira Alcantara e R. C. Viana Ltda.; apda., Exportadora Oliveira Santos Ltda. Relator, Des. Mauricio Pinto: (Adiado) — Preliminarmente, anularam o processo a partir da sentença, inclusive, em diante, contra o voto do Des. Antonino Melo.

Apelação cível "ex-officio"

Capital: apelante, o dr. Juiz de Direito da 7.ª Vara; apelados, Antonio Matos dos Reis e Clélia Silvestre Fernandes dos Reis. Relator, des. Antonino Melo: Adiado.

liador judicial.

— Ação ordinária: A., Pickrell, Representação, R., Saarah Souza Cruz — Designou o dia 20 do corrente, às 9 horas para ter lugar a vistoria.

— No requerimento de Pureza Tavares Jorge — Sim.

Juiz de Direito da 5.ª Vara. Juiz — Dr. JOSÉ AMAZONAS PANTOJA

Deferiu os pedidos de registro de nascimento.

Juiz de Direito da 6.ª Vara. Juiz — Dr. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES

Consignação de pagamento: A., Nunes Resque Ltda.; R., Ilidio Medeiros — Conclusos.

— Inventário: Carina Costa Mendes — Mandou dizer os interessados.

— Reintegração de posse: A., Adelaide Monteiro Lopes; R., Adeline Trindade — Mandou tomar por termo a afirmação de peritos.

— Embargos de terceiro: A., Charqueada Santa Maria de Belém; R., A. Carvalho — Ao contador.

— No requerimento de Rui Guilherme Paranaatinga Barata — Sim.

— Ação cominatória: A., Luciano Machado Pereira Seixas — Indeferiu o pedido de absolvição

de instância.

Juiz de Direito da 7.ª Vara. Juiz — Dr. OLAVO GUIMARAES NUNES

Desquite letigioso: A., Moacir Ramos Fontes; R., Alice Silva Pontes — Designou o próximo dia 27, às 15 horas, para audiência.

— Desquite amigável: A., Ary Lavor Pinto e Inês Gonçalves Pinto — Mandou dar vista o Dr. R. do Ministério Público.

Pretoria do Cível e Comércio. Pretora — Dra. LEDA HORTA DE SOUSA MOITTA

Ação executiva: A., Vicente Germano de Sousa; R., Paulo Sotero da Cunha — Julgou procedente a ação.

— Notificação: A., Odaléia Gaya Ramos; R., Antonio Rachid — Devolvido à cartório.

— Despejo: A., José Chaves da Cruz; R., Lauro Sodré Cavaleiro de Macedo — Julgou procedente a ação.

— No requerimento de Ananias Paulo Batista e André Tenório Pereira — Conclusos.

— Idem de Adalberto Gomes Fernandes — Cite-se.

— Despejo: A., Joaquim Inácio da Silva; R., Ananias Paulo Batista — Mandou baixar os autos à cartório, para juntar uma petição por mim despachada.

FORUM DA COMARCA DE BELEM

EXPEDIENTE DO DIA 12 DE JULHO DE 1956

Juiz de Direito da 3.ª Vara. Juiz — Dr. RAIMUNDO TAVARES PUJUCAN

Inventário de Virginia Martins Frade Pimentel — Digam os demais interessados sobre a avaliação.

— Idem, de José de França Melo — Digam os interessados.

— Falência de firma: A., Gonçalves Mota & Cia. — Mandou publicar edital no prazo de 30 dias Juiz de Direito da 5.ª Vara. Juiz — Dr. JOSÉ AMAZONAS PANTOJA

Petição de Eimar Andrade dos Santos — Sim.

— Deferiu os pedidos de registros de nascimento de Arlindo Marques da Silva, Neuza Coelho Marques da Silva, Renilde Souza da Silva, Antonette Ibrahim Sassim, Maria Marcelino de Souza, Ana Menezes Azevedo, Odineia Rodrigues da Silva.

— Retificação: R., Fernando Baima — Diga o M. P.

— Despejo: A., Wadih Darwich Zacarias, e R., Osvaldo Viana — O autor supra, em 24 horas, às investigações indicadas.

— Idem de Hildebrando Ferreira — Diga o M. Público.

— Deferiu o pedido de retificação Duarte Evaldo Lopes de Souza, petição — Sim.

Juiz de Direito da 6.ª Vara. Juiz — Dr. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES

Pretoria do Cível e Comércio. Pretora — Dra. LEDA HORTA DE SOUSA MOITTA

No requerimento de Armando de Almeida Moraes — Conclusos.

— Idem de Bernadino Ribeiro

ro — Cite-se.

— Consignação, de pagamento A. Nunes Resque Limitada, R., Ilidio Medeiros — Mandou remeter os autos ao distribuidor.

— Ação ordinária: A., Carlos Hundertmark, R., Alice Antunes Coeibo — Mandou fazer a citação requerida, na inicial de fls.

— Ação executiva, A., Laura Gutierrez Schid, R., Joável Damasceno Pereira — Aos interessados, para esclarecerem em face da informação do Avaliador.

— No requerimento de Ananias Paulo Batista — Cite-se.

— Despejo: A., Jaime Dacier Lobato, R., Avelina Ferreira — Marcou o dia 19 do corrente às 10,00 horas, para audiência de instrução e julgamento.

— Idem de Esther Levy, R., Pedro Hugo Cardoso — Mandou prosseguir a audiência para o dia 26 do corrente, às 10,00 horas.

— Idem de Belmiro José de Almeida, R., Telmo Pinto de Assunção — Marcou o dia 7 do mês próximo, às 10,00 horas, para audiência de instrução e julgamento.

EXPEDIENTE DO DIA 13 DE JULHO DE 1956

Juiz de Direito da 3.ª Vara. Juiz — Dr. RAIMUNDO NONATO PUJUCAN

Ação de despejo: A., João Lourenço, R., Moacir Pinheiro Ferreira — Conclusos.

— Ação cominatória, A., Maria Benedita Assunção, R., Maria de Lourdes Bezerra — Mandou indicar os interessados e peritos.

— Inventário de Antonio José da Fonseca — Mandou baixar os autos ao contador para conta das custas e a que tem direito o ava-

EDITAIS

JUDICIAIS

JUIZO DOS FEITOS DA FAZENDA EDITAL

Citação com o prazo de 30 dias. O Doutor Agnarno de Moura Monteiro Lopes, Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Estadual e Municipal, por nomeação legal e etc.

Faz saber que a este Juiz foi apresentada uma petição do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda. Diz a Prefeitura Municipal de Belém, por seu procurador infra assinado que deu em aforamento a Geraldo José de Abreu o terreno sito nesta cidade à Trav. 3 de maio, quarteirão E — lote 4 com 11,00 m de frente por 44,00 m de fundos, entre Antonio Barreto e Diogo Moia.

Sucedo, porém, que não tendo sido pagos os foros respectivos correspondentes aos anos de 1877 a 1955, num total de ... Cr\$ 69,90, inclusive multa, como prova o documento junto, está extinta a enfiteuse, art. 692, II, Cod. Civ. pelo que pede a v. excia. se digne de mandar citar os suplicados e sua mulher, se

casado for, para todos os termos da presente ação ordinária, sob pena de revelia, em virtude da qual deverá ser o aforamento declarado extinto, consolidando-se o domínio direto com o útil e voltando o terreno aforado a ser incorporado ao Patrimônio da Suplicante, tudo com a condenação dos suplicados nas custas. Indica como prova o depoimento pessoal dos suplicados pena de confesso, testemunhas documentos e vistorias, e tudo mais necessário à defesa de seu direito. Termos em que, P. Deferimento. Belém, 21-3-956 (a) Abel Martins e Silva. Nesta petição foi exarado o seguinte despacho: D. e A. Como requer Belém, 21-3-956. (a) Agnarno Lopes. Expediente competente mandado citatório foi, pelo oficial de justiça encarregado das diligências, informado, encontrar-se o requerido em lugar incerto e não sabido, razão porque mandei passar o presente edital, com o teor do qual, ficam todos os interessados ou herdeiros de Geraldo José de Abreu intimados de todo o conteúdo da petição acima descrita,



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

BELEM — QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1956

NUM. 563

Ata de 297.ª sessão ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos dez (10) dias do mês de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se às nove (9) horas, à Av. Independência n.º 184, onde o Tribunal de Contas tem a sua sede própria, os Srs. Ministros Augusto Belchior de Araújo, Lindolfo Marques de Mesquita, Mário Nepomuceno de Sousa, sob a presidência do sr. Ministro Adolpho Burgos Xavier e presença do sr. Procurador dr. Lourenço do Vale Paiva.

Foi lida e aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior. Não houve expediente.

Na ordem do dia, é anunciado o julgamento do processo n.º 2027-A.

O sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, como relator, faz a seguinte exposição: "O processo ora em julgamento teve origem no ofício n.º 609, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. E. J., remetendo, para registro, o decreto de aumento da aposentadoria de Georgea Barata Magalhães Costa, no cargo de diretora, padrão E, do Quadro Único, do Grupo Escolar "Placidia Cardoso". Ao ofício veio anexo o referido decreto n.º 2057, de 28/5/56, cuja ementa determina o aumento dos proventos de aposentadoria da interessada, nos termos do art. 164 da Lei n.º 749, de 23/12/53, (fls. 30). O processo a que se refere o preâmbulo do decreto teve como base a petição da aposentadoria, constante de fls. 32 dos autos. A aposentadoria de d. Georgea Costa, como aliás se corpo do seu petição a citação está feita, foi registrada por este Tribunal, através do Acórdão n.º 1085, de 21/2/56. Processado o seu pedido, o expediente foi remetido ao Departamento do Pessoal, onde se pronunciaram, além do Consultor Jurídico, o seu respectivo diretor, — ambos concluindo pelo deferimento do pedido, o que ocorreu com o governo do Estado, de onde o ato baixado e encaminhado a este T. E., para efeito de registro. Ouvida a procuradoria se pronunciou às fls. do processo. Este é o relatório."

O dr. procurador, a seguir, expressa o parecer de fls. 48 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: — "Estando perfeitamente legal o ato executivo, concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho o ministro relator".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Presidente:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

— "De acordo com as conclusões do sr. ministro relator, foi registrado o aumento dos proventos de aposentadoria de que trata o processo n.º 2027-A."

Após, é anunciado o julgamento do processo n.º 2700, relativo aos ofícios ns. 457, de 2/5/56 e 524, de 15/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. E. J., remetendo, para registro, respectivamente, os contratos de Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira e Nehemias Pedro Auzier para os serviços de guarda marítimo, da I. da P. M. A. e o distrato do contrato de Antonio Borges, a partir de 19/4/56.

Como relator, o sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo faz o relatório: "Em ofício datado de 2 de maio do ano corrente, o ex-titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça encaminhou a esta Egrégia Corte de Finanças, um expediente contendo as vias de contratos operados entre o Governo do Estado e os cidadãos Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira e Nehemias Pedro Auzier que se comprometem prestar serviços como "Guarda Marítimo", da Inspetoria Estadual da Polícia Marítima e Aérea, com o salário mensal de Cr\$ 1.100,00, cada um, ou seja, também, de Cr\$ 13.200,00, anualmente. O prazo estabelecido para a duração desses contratos será de 2 de janeiro, quando foram assinados, a 31 de dezembro do ano em curso. Representou o Executivo Estadual nos autos, o sr. dr. Salvador Borborema, na época Diretor Geral do Departamento de Segurança Pública, e somente, foram referendados pelo dr. Edward Cattete Pinheiro, que, àquelas alturas, exercia, eventualmente, o Governo do Estado. Este processo foi à audiência das seções técnicas, que, por sua vez, afirmaram existência na Tabela n.º 28, do Orçamento vigente do Estado, de verba suficiente para ocorrer aos pagamentos necessários, criados por aqueles encargos. O dr. Demócrito Noronha, que ainda funcionava como Procurador deste T. E., opinou pela legalidade dos atos praticados, para efeito de registro nos termos da Lei n.º 603, de 20 de maio de 1953. S. Excia. o dr. Lourenço do Vale Paiva, titular vitalício da Procuradoria, já em pleno exercício, ratificou o parecer de seu antecessor, como se verifica dos presentes autos. Ocorre que, junto aos autos foi anexado, um novo expediente, datado de 15 de maio, deste ano, em que o mencionado ex-titular da Secretaria de Estado, do Interior e Justiça, remelia um termo de dis-

trato lavrado a 19 de abril, também do corrente ano, perante testemunhas, em que o cidadão Antonio Borges, Guarda Marítimo, relacionado neste processo, renunciava de acordo com "a cláusula sexta", os direitos que lhe assistiam no diploma anteriormente assinado, isto a 2 de janeiro do ano em curso. Estamos, portanto, em face das irregularidades, que, exaustivamente, venho apontando neste Plenário, oriundo das faltas desrespeitosas aos textos legais, por parte das Secretarias de Estado, com as indevidas demoras na remessa dos respectivos expedientes, em casos análogos. Felizmente, este ilustrado Plenário, em Resolução n.º 1.122, de 24 de abril deste ano, tomou as providências legais, para cessar de vez, as infrações aos regulamentos em vigor.

Este é o relatório. E acrescenta: "Devo declarar que o termo das assinaturas não vieram reconhecidas por Tabelião, entretanto, como as assinaturas são de funcionários de categoria, penso que não invalida."

O dr. procurador, a seguir, ratifica o parecer de fls. 19 dos autos, e declara o seguinte: "Quanto à autenticidade do mesmo, como disse o ministro relator, o reconhecimento de firma, julgo necessário apontar, porquanto se trata de um instrumento de fé pública, até prova em contrário. Quanto ao distrato, junto ao processo, o Tribunal deve reconhecer, muito embora não tenha havido o registro do contrato porque o distrato anula o contrato. E a entidade publica remeteu, oportunamente, já o distrato, logo o contrato está sem objeto. Ante a feitura, a assinatura e a autenticidade do distrato, desnecessária seria a burocracia do registro de um contrato, para anulá-lo posteriormente. Seria, na hipótese, um círculo vicioso."

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Sou pelos registros solicitados, nos autos e constantes do relatório, devendo, porém, este, processado subir à Seção de Despesa deste Colendo Tribunal, para fazer as anotações referentes ao distrato de Antonio Borges, para os necessários efeitos legais."

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do Sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Unanimemente, foram registrados

os contratos e distratos constantes do processo n.º 2700-A, consoante o voto do sr. ministro relator.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n.º 2579, referente ao ofício n.º 564, de 25/5/56, do Dr. Arthur Cláudio Mello, então S. E. J., remetendo, para registro, o contrato celebrado entre o governo do Estado e José Alves dos Santos, para Sinalheiro de 2.ª classe, da D. E. T., do DESP.

O relator, sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, faz o relatório: ofício n.º 564, de 25 de maio de 1956, do ex-titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, remetendo a este T. E., o contrato celebrado entre o Governo do Estado e o cidadão José Alves dos Santos, para prestar serviços de sinalheiro de 2.ª classe da Delegacia Estadual de Transito, no Departamento Geral de Segurança Pública, com os proventos de Cr\$ 1.100,00, mensais, correspondente ao prazo de 2 de abril a 31 de dezembro do ano corrente. Representou o Governo do Estado, o Inte. Coronel Manuel Maurício Ferreira, que, a esse tempo, estava no cargo de Diretor Geral de Segurança Pública. O Governador de então, Dr. Cattete Pinheiro, cancelou o dito contrato. As seções técnicas afirmaram existência de verba no Orçamento em vigor, tabela n.º 29 (Pessoal Variável) para ocorrer aos necessários encargos. O Dr. Demócrito Noronha funcionou no processo, pois àquela época exercia as funções de Procurador deste T. E., opinando pela legalidade do ato e consequente registro nos termos da Lei n.º 603, de 20 de maio de 1953. O atual Procurador Vitalício Dr. Lourenço Paiva, ratificou o parecer de seu antecessor."

Este é o relatório. Com a palavra, o dr. procurador ratifica o parecer de fls. 5 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Sou pelo registro solicitado nos termos do relatório e baseado no parecer da ilustrada Procuradoria."

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Deiro o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato do processo n.º 2759.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n.º 2781, referente ao ofício n.º 575, de 28/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. E. J., remetendo, para registro, o contrato celebrado entre o governo do Estado e Delmira Florência de

Queiroz, para Servente da S. E. C.

O Sr. Ministro Augusto Belchior de Araujo, relator, faz o relatório: "Origina-se o presente processo, do expediente enviado a este T. C., pelo Dr. Arthur Cláudio Mello, ex-titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, em 28 de maio de ano corrente, em que solicita, para efeito de registro neste Colendo Tribunal, o contrato celebrado com o Governo do Estado e Delmira Florença de Queiroz, para prestar serviços de "Servente", na Secretaria de Estado de Educação e Cultura, no período de 2 de março a 31 de dezembro de 1956, percebendo nesse prazo, os salários relativos a Cr\$ 1.000,00, mensais. Representou o Executivo, o Professor Santana Marques, que exercia, nessa época, o cargo de Secretário de Estado de Educação e Cultura. O contrato está cancelado pelo Dr. Cattete Pinheiro, Governador de então.

As seções técnicas, ouvidas a respeito, manifestaram-se favoravelmente face os encargos estarem previstos na Tabela n. 74, do Orçamento em vigor, e haver saldo disponível para os necessários pagamentos. A Procuradoria deste T. C., pelo seu titular Dr. Demócrito Noronha, opinou favoravelmente, tendo o atual Dr. Procurador ratificado o parecer de seu antecessor. Este é o relatório.

Dr. procurador, com a palavra, ratifica o parecer de fls. 5 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Sou pelo registro solicitado nos autos, nos termos da Lei n. 603 de 20 de maio de 1953, baseado no parecer da ilustrada Procuradoria".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 2761.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2765.

O relator, sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa faz a seguinte exposição: ofício n. 578, de 28/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo, para registro, a aposentadoria de Lúcia Dias Teixeira Bentes, diretor, em disponibilidade, padrão E, do Quadro Único, lotada no grupo escolar da capital, originou o processo n. 2675, ora objeto deste julgamento. O ato executivo consta dos autos às fls. 3. O expediente propriamente dito teve origem na petição de fls. 6 da interessada, dirigida ao governador do Estado. Anexo ao seu petitório está uma certidão da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (fls. 7). No processo originário da aposentadoria pronunciaram-se o Secretário de Educação, Consultor Jurídico do D. P., e seu titular efetivo, todos concluindo pelo deferimento do solicitado. O processo foi remetido a este Tribunal e seguiu o seu curso normal, tendo o dr. procurador desta Corte de Contas emitido o seu parecer de fls. Este é o relatório.

Com a palavra, o dr. procurador ratifica o parecer de fls. 12 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Concedo o registro do alto executivo correspondente à aposentadoria em julgamento".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araujo: — "Acompanho o relator".

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria de que trata o processo n. 2765.

É anunciado, após, o julgamento do processo n. 2767.

Como relator, o sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, faz o relatório: "O processo n. 2767, teve base no ofício n. 587, de 30/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo, para registro, a reforma, "ex-officio", do cabo da Cia. de Guardas da Polícia Militar do Estado, Moacir Julião de Oliveira. O ato do governo, ou seja, o decreto executivo, consta dos autos à fls. 2, e decalçou-se na petição do Comandante da Polícia Militar (fls. 4 do processo). Ao processo está apenso o atestado fornecido pela Junta Médica da P. M., de onde se verifica a incapacidade definitiva para o exercício do cargo e ainda mais as alterações sofridas na sua vida militar, e o atestado com as provas exigidas por Lei. Quero, porém, esclarecer a este plenário que os proventos atribuídos ao reformado, pois já tivemos oportunidade de fixar o nosso ponto de vista sobre o assunto, em outros decretos de reformas baixados pelo Poder Executivo, como já dizendo, os proventos atribuídos ao reformado, a nosso ver, atentam contra direitos de beneficiado, consoante ao texto legal que regulamentam o assunto. Da proposta originária e do próprio decreto executivo, verifica-se que o cálculo dos proventos, no que tange ao adicional por tempo de serviço, ou seja, aos 10%, uma vez que o reformado contra mais de 10 anos de serviço prestado àquela Corporação, foi baseado sobre os vencimentos, excluídas as etapas que, concomitantemente, recebia o reformado.

E a lei n. 1.047, determina, no seu art. 1.º: "Os oficiais e praças, bem assim os funcionários civis da P. M. do Estado do Pará, que a partir da vigência desta lei, tiverem completado 10 a 20 anos de serviço público ativo, terão direito a 10 e 20%, respectivamente, sobre os seus vencimentos, a título de gratificação adicional". Claro está que os oficiais e praças e funcionários civis da Corporação da P. M. têm direito a adicionais de 10 e 20%, na base de 10 a 20 anos de serviço público prestado ao Estado. E no art. 2.º da lei n. 1.047 especifica: "Em caso de inatividade, com a transferência para a reserva remunerada, os beneficiários desta lei terão incorporados aos aludidos vencimentos aqueles percentuais de gratificação adicional". Como se verifica, a lei n. 1.047 só mandava incorporar, em caso de inatividade, aqueles adicionais aos oficiais ou praças, quando a inatividade era decorrente de transferência para reserva e não reforma. Posteriormente, veio a Lei n. 1.285, de 5/5/56, que deu nove redação no art. 2.º da Lei n. 1.047, com o seguinte texto: "O art. 2.º da Lei n. 1.047, de 18/2/55, passará a ter a seguinte redação: "Em caso de reforma, transferência para a reserva remunerada ou aposentadoria, os beneficiários desta lei terão incorporados aos aludidos vencimentos aqueles percentuais de gratificação adicional". A Lei n. 1.285, portanto, ampliou aquele direito, que estava assegurado aos oficiais e praças da Corporação da P. M., em decorrência da transferência para a reserva remunerada, a todos os oficiais e praças, não só pela transferência, para a reserva remunerada, como também pela reforma e aposentadoria. E acrescenta a lei, no seu parágrafo único: "Os benefícios da presente lei são extensivos aos oficiais, praças e funcionários civis

que já se acham na inatividade".

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor a partir de 1/1/56 revogadas as disposições em contrário". Garantiu, ainda, a lei, este direito, a todos aqueles que tivessem sido após 1/1/56 reformados ou transferidos para a reserva. O ponto capital, porém, decorre da Lei n. 207, de 30/12/49, que dispõe sobre a situação jurídica da P. M., e que assim reza, no art. 350: "Para os efeitos da inatividade, considerar-se-ão como vencimentos as etapas a que fizerem jus as praças...". Portanto, a lei manda que, no caso de inatividade, as etapas que as praças percebem, são consideradas vencimentos. Ora, pelo decreto que está sendo objeto deste julgamento, verifica-se que os vencimentos e as etapas, consideradas vencimentos nos termos do art. 350, totaliza Cr\$ 16.680,00, isto é, a adição dos vencimentos propriamente ditos às etapas que percebia o reformado por força de Lei. E o cálculo de 10% de adicionais, em vez de ser feito na base de Cr\$ 16.680,00, que era quanto o cabo percebia, foi feito exclusivamente na base dos seus vencimentos excluídas as etapas. Daí como em outros processos análogos, nos insurgimos contra a ilegalidade do ato, uma vez que ofensivo a direito líquido e certo do interessado. O decreto atribui proventos inferiores ao que tem direito o reformado, por força das leis que regem a matéria. Ainda constam do processo os pronunciamentos dos órgãos competentes, todos concluindo pelo deferimento do pedido, e o parecer de fls. da procuradoria desta Corte de Contas. É o relatório.

O dr. procurador, a seguir, ratifica o parecer de fls. 16 dos autos, e acrescenta o seguinte: "De pleno acordo com a exposição feita pelo ministro relator. Face à legislação que rege a matéria, o cabo reformado ter direito à percepção de 10% sobre o vencimento, mais as etapas, conforme o exposto brilhantemente pelo ministro Mário Nepomuceno de Sousa. Estou de acordo com a exposição, pelo modo como concretizou o seu relatório".

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "tendo o relatório como parte integrante deste voto, somos para que se converta o julgamento em diligência, no sentido de ser devidamente retificado o ato executivo, no que concerne aos proventos do reformado, na parte dos adicionais a que tem direito, pois o cálculo de 10%, foi efetuado exclusivamente sobre os vencimentos, quando devia ser nos termos das leis que disciplinam o assunto, sobre o total dos vencimentos adicionados às etapas".

Voto do Sr. Ministro Augusto Belchior de Araujo: — "Acompanho a proposta feita pelo relator, para efeito de diligência e retificação do ato, apraz-me dizer a este plenário que o illustre relator é também por mim secundado pois, em julgamentos anteriores, fomos votos vencidos. Felizmente a Lei n. 1.285, de 5/3/56 pôs abaixo a controvérsia verificada neste plenário em casos tais. Dêsse modo, é com satisfação que acompanho o voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Coerente com o voto já proferido em matéria idêntica a que está sendo julgada, voto pelo registro do decreto, na forma como foi elaborado".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Acompanho o voto do sr. ministro relator".

Dessa forma, por maioria de votos (3 x 1), resolveu o plenário converter o julgamento em diligência, consoante o voto do sr. ministro

relator".

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2768.

O relator, sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, faz a seguinte exposição: "O ofício n. 587, de 30/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo, para registro, a reforma, "ex-officio", do soldado tambor-corneteiro de 2.ª classe, Brasil de Jesus Ferreira, da Cia. de Guardas da P. M. do Estado, originou o processo n. 2768, ora objeto deste julgamento. O decreto executivo consta dos autos às fls. 2. Decalçou-se o ato na proposta do Comandante da P. M., às fls. 4 dos autos. Como se vê, a inclusão do militar se verificou a 20/1/55, e no dia 9 de janeiro de 1956, no decorrer de um ano, foi atestado que o mesmo está incapaz definitivamente para o serviço. Essas inclusões não obedecem as exigências legais. Ao expediente está apenso o laudo da Junta Militar de Saúde, de onde se verifica sofrer o reformado de tuberculose pulmonar, forma ativa. Os órgãos técnicos foram ouvidos, todos opinando pelo deferimento do pedido, inclusive a procuradoria desta Corte de Contas. É o relatório do feito".

O dr. procurador, a seguir, ratifica o parecer de fls. 11 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: — "Concedo o registro da reforma".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araujo: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Concedo a registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 2768.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2771, referente ao ofício n. 395/55, de 29/5/56, do dr. J. J. Aben-Athar, então S. E. F., remetendo, para registro, o contrato celebrado entre o governo do Estado e Filomena das Chagas, Branco, para Auxiliar de Escritório da S. E. F., Secretaria e Gabinete. A qualidade de relator, o sr. Ministro Augusto Belchior de Araujo faz o relatório de fls. 7 dos autos.

O dr. Procurador, então, dá o parecer de fls. 6 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Voto pelo registro do presente contrato por estar de conformidade com a lei em vigor baseado no ilustrado parecer do digno Procurador deste Colendo Tribunal".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Defiro o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 2771.

É anunciado, após, o julgamento do processo n. 2788.

O sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, relator, faz a seguinte exposição: O presente processo contém o ofício n. 611, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo, para registro o contrato celebrado entre o governo do Estado e Jonathan Pontes Athias para Professor do I. E. P. O instrumento contratual está revestido das formalidades legais, cancelado pelo governador do Estado, e testemunhas. As seções competentes que há verba para o presente compromisso. É o relatório.

O dr. procurador, com a palavra, expressa o parecer de fls. 7 dos

autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Defiro o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 1786. #

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 2787, relativo ao ofício n. 611, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro o contrato celebrado entre o governo do Estado e Raimundo Aécio de Matos Palheeta, para auxiliar de secretaria do C. E. P. C.

Como relator, o sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita faz o relatório: "O presente processo é da espécie do que acabou de ser julgado. O instrumento contratual está revestido das formalidades legais. Nada mais tenho a acrescentar".

O dr. procurador, a seguir, expressa o parecer de fls. 7 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 2787.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2788, relativo ao ofício n. 611, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro os contratos celebrados entre o Governo do Estado e Adelaide Braga de Sousa, Artulina Barbosa do Nascimento, Hilma Leal Garca, Leopoldina Pereira da Silva, Osvaldo Ferreira dos Santos e Odete de Moura Carneiro, para Serventes da S. E. C.

O relator, sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz o relatório: "O processo é idêntico aos anteriores. Os vencimentos são de Cr\$ 1.000,00, então os contratos cancelados pelo governador do Estado e testemunhados. Com o parecer do sr. dr. procurador é o relatório do processo".

Com a palavra, o dr. procurador dá o parecer de fls. 12 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foram registrados os contratos constantes do processo n. 2788.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2789, referente ao ofício n. 611, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro os contratos celebrados entre o governo do Estado e Antonio Erasmo de Almeida, Janir Ribeiro Jucá, Joelito da Silva Galvão, José Jesus Carlos da Silva, Manoel Silvino do Rosário, Newton Modesto Domingues, Oscar Pereira de Sousa e Teodoro Campos Maia, para Guarda civil de 3.ª classe, da Inspetoria da G. C.

O relator, sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz o relatório: "Perfeitamente idênticas aos demais contratos para guardas civis de

3.ª classe; vencimentos de acordo com a tabela; as seções competentes registram que há numerário suficiente para encerrar ao presente compromisso. Com o parecer do dr. procurador, é o relatório".

O dr. procurador, então, dá o parecer de fls. 14 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Defiro o registro".

Unanimemente, foram registrados os contratos constantes do processo n. 2789.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 2790, referente ao ofício n. 611, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro o contrato celebrado entre o governo do Estado e João Batista Armênio, para Guarda marítimo da Inspetoria Estadual da P. M. e Aérea.

O relator, sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz o relatório: "Não há nenhuma diferença dos anteriores. O contrato é de guarda marítimo, da Polícia Marítima e Aérea. De maneira que está perfeitamente revestido das formalidades legais".

Com a palavra, o dr. procurador expressa o parecer de fls. 7 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 2790.

A seguir, é emitido o início do julgamento do processo n. 2310, referente à prestação de contas do Orfanato "São José", de Santarém, do auxílio recebido do governo do Estado em 1-55, na importância de Cr\$ 20.000,00.

De conformidade com a letra d) do ato n. 5, de 14/1/55, (D. O. de 19/1/55), o dr. Armando Dias Mendes, auditor, faz a exposição: "Orfanato "São José", de Santarém — auxílio do ano de 1955 — Cr\$ 24.000,00 — Processo completo".

O dr. procurador, com a palavra, expressa o parecer de fls. 26 dos autos.

Ainda de acordo com o ato n. 5, o dr. auditor faz o relatório de fls. 28.

O sr. Ministro Presidente, a seguir, concede a palavra, por 10 minutos, ao dr. procurador, para aduzir novos argumentos, se quiser, nos termos do ato n. 5. Declara o dr. procurador nada ter a acrescentar.

Da mesma forma, o dr. auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos ao seu relatório, se achar necessário. Diz o sr. auditor também nada ter a aduzir.

Nos termos da letra e) do Ato n. 5, o sr. Ministro Presidente designa o sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita para dar o voto orientador no processo n. 2310.

Após, é anunciado o início do julgamento do processo n. 1262, referente à prestação de contas da União Acadêmica Paraense, do auxílio de Cr\$ 87.000,00, recebido do governo do Estado em 1954.

O dr. Auditor, Armando Dias Mendes, de acordo com a letra do Ato n. 5, faz a exposição: "O processo vem a plêndio em face do Ato n. 7. Diz referência a auxílio recebido em 1954. Incompleto. Não devida-

mente justificado".

Com a palavra, o dr. procurador dá o parecer de fls. 123 e 124 dos autos.

O dr. auditor, a seguir, lê o relatório de fls. 125 e 126 dos autos. Ainda nos termos da letra d) do Ato n. 5, o sr. Ministro Presidente concede, por 10 minutos, a palavra ao dr. procurador para aduzir novos argumentos, se achar necessário. Diz o dr. procurador nada ter a aduzir. Igualmente, o dr. auditor tem 10 minutos, para aduzir novos argumentos, se quiser, ao seu relatório. Declara o dr. auditor nada ter a acrescentar.

De conformidade com a letra e) do Ato n. 5, o sr. Ministro Presidente designa relator do processo n. 1262, o sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa.

Por último, é anunciado o início do julgamento do processo n. 1789, referente à prestação de contas do Dispensário "Santa Luiza de Marillac, do auxílio de Cr\$ 12.000,00, recebido do governo do Estado em 1954.

De acordo com a letra d) do Ato n. 5, o dr. auditor, Armando Dias Mendes, faz a exposição: "Auxílio de 1954, vindo a plêndio pelo Ato n. 7. Processo iniciado sob a orientação do dr. Atahualpa Leão, completado pelo auditor Benedito Nunes, que preparou o conclusivo relatório, cabendo a esta Auditoria apenas a leitura do mesmo, por força de fêrias".

A seguir, o dr. procurador ratifica o parecer de fls. 33 dos autos de seu antecessor.

Com a palavra, o dr. auditor lê o relatório de fls. 34 e 35 dos autos.

O sr. Ministro Presidente, ainda de conformidade com a letra d) do Ato n. 5, concede por 10 minutos, a palavra ao dr. procurador para aduzir novos argumentos, se assim desejar. Diz o dr. procurador que nada mais tem a acrescentar.

Da mesma forma, o dr. auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos ao seu relatório, se achar necessário. Declara o dr. auditor nada ter a aduzir.

Nos termos da letra e) do Ato n. 5, o sr. Ministro Presidente designa o sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo para relatar o processo n. 1789.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 10,40 horas e o sr. Ministro Presidente mandou que eu, Ossian da Silveira Brito, fizesse lavrar a presente ata, que lida e achada, conforme, vai por mim assinada e pelo sr. Ministro Presidente.

Belém, 10 de julho de 1956. — (aa) Adolpho Burgos Xavier, ministro presidente — Ossian da Silveira Brito, secretário.

ACÓRDÃO N. 1.345 (Processo n. 2.027 A)

Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Mello, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Mário Nepomuceno de Sousa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Mello, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, em ofício n. 609, de 5.6.56, remeteu, para registro neste Órgão, o decreto governamental n. 2.057, de 28.5.56, que aumenta para Cr\$ 25.500,00 anuais os proventos da aposentadoria de Georgea Barata Magalhães Costa, diretora aposentada, padrão E, do Quadro Único, do Grupo Escolar Placidia Cardoso, de acordo com o art. 164 da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, cuja aposentadoria já fora registrada neste Tribunal, conforme Acórdão n. 1.085, de 21.2.56 (D. O. de 8.3.56):

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 10 de Julho de 1956.
aa) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente — Mário Nepomuceno de Sousa — Relator — Augusto Belchior de Araújo Lindolfo Marques de Mesquita
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: Relator: "Relatório" "O processo ora em julgamento teve origem no ofício n. 609, de 5.6.56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, remetendo, para registro, o decreto de aumento da aposentadoria de Georgea Barata Magalhães, no cargo de diretora, padrão E, do Quadro Único, do grupo escolar Placidia Cardoso". Ao ofício veio anexo o referido decreto n. 2.075, de 28.5.56, cuja ementa determina o aumento dos proventos de aposentadoria da interessada, nos termos do art. 164 da lei n. 749, de 24.12.53, (fls. 30). O processo a que se refere o preâmbulo do decreto teve como base a petição da aposentada, constante de fls. 32 dos autos. A aposentadoria de d. Georgea Costa, como aliás no corpo de seu petição a citação está feita, foi registrada por este Tribunal, através do Acórdão n. 1.085, de 21.2.56. Processado o seu pedido, o expediente foi remetido ao Departamento do Pessoal, onde se pronunciaram, além do Consultor Jurídico, o seu respectivo diretor, — ambos concluindo pelo deferimento do pedido, o que ocorreu com o governo do Estado, de onde o ato baixado e encaminhado a este T.C., para efeito de registro. Ouvida, a procuradoria se pronunciou às fls. do processo. É este o relatório."

VOTO

Estando perfeitamente legal o ato executivo, concedo o registro".

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: "Acompanho o ministro relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: "De acordo".

Voto do sr. ministro Presidente: "De acordo com as conclusões do sr. ministro relator, defiro o registro".

Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Mário Nepomuceno de Sousa
Relator
Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Fui presente
Lourenço do Valle Paiva

ACÓRDÃO N. 1.346 (Processo n. 2.700)

Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Mello, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Mello, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, em ofício n. 454, de 2.5.56, remeteu, para registro neste Órgão, os contratos celebrados entre o Governo do Estado e Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira e Nehemias Pedro Auzier, para os serviços de Guarda Marítimo da Inspetoria Estadual da Polícia Marítima e Aérea, com o salário mensal de Cr\$ 1.100,00, e o ofício n. 524, de 15.6.56, solicitando registro do distrato do contrato de Antonio Borges, uma vez que os três (3) contratos referidos tem duração de 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1956, e a rescisão do contrato de Antonio Borges ocorreu a 19.4.56 (fls. 11):

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, registrar os contratos de Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira e Nehemias Pedro Auzier, bem como o distrato de Antonio Borges.

Belém, 10 de Julho de 1956.

aa) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente; Augusto Belchior de Araújo — Relator; Lin-

dolfo Marques de Mesquita; Mário Nepomuceno de Sousa.
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo — Relator: "Relatório". Em ofício, datado de 2 de Maio do ano corrente, o ex-titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça encaminhou a esta Egrégia Corte de Finanças, um expediente contendo as vias de contratos operados entre o Governo do Estado e os cidadãos Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira e Nhemias Pedro Auzier que se comprometem prestar serviços, como "Guarda Marítimo", da Inspeção Estadual da Polícia Marítima e Aérea, com o salário mensal de Cr\$ 1.100,00, cada um, ou seja, também, de Cr\$ 13.200,00, anualmente. O prazo estabelecido para a duração desses contratos, será de 2 de Janeiro, quando foram assinados, a 31 de Dezembro do ano em curso. Representou o Executivo Estadual nos atos, o sr. dr. Salvador Borborema, na época Diretor Geral do Departamento de Segurança Pública, e somente, foram referendados pelo dr. Edward Catete Pinheiro, que, aquelas alturas, exercia, eventualmente, o Governo do Estado. Este processo foi a audiência das seções técnicas, que, por sua vez, afirmaram existência na tabela n. 28, do Orçamento vigente do Estado, de verba suficiente para ocorrer aos pagamentos necessários, criados por aqueles encargos. O dr. Demócrito Noronha, que ainda funcionava como Procurador deste T.C., opinou pela legalidade dos atos praticados, para efeito de registro nos termos da lei n. 603, de 20 de Maio de 1953. S. Ex. o dr. Lourenço Paiva, titular vitalício da Procuradoria, já em pleno exercício, ratificou o parecer de seu antecessor, como se verifica dos presentes autos. Ocorre que, junto aos autos foi anexado, um novo expediente, datado de 15 de Maio, deste ano, em que o mencionado ex-titular da Secretaria do Estado, do Interior e Justiça, remetia um termo de distrato lavrado a 19 de Abril, também do corrente ano, perante testemunhas, em que o cidadão Antonio Borges, Guarda Marítimo, relacionado neste processo, renunciava de acordo com "a cláusula sexta", isto a 2 de Janeiro do ano em curso. Estamos, portanto, em face das irregularidades, que, exaustivamente, venho apontando neste Plenário, oriundas das faltas desrespeitosas aos textos legais, por parte das Secretarias de Estado, com as indesculpáveis demoras na remessa dos respectivos expedientes, em casos análogos. Felizmente este ilustrado Plenário em Resolução n. 1.122, de 24 de Abril deste ano, tomou as providências legais, para cessar de vez, as infrações aos regulamentos em vigor.

Este é o relatório".
VOTO
Sou pelos registros solicitados, nos autos e constante do relatório, devendo, sete processado subir à Seção de Despesa deste Colendo Tribunal, para fazer as anotações referentes ao distrato de Antonio Borges, para os necessários efeitos legais".
Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: "De acordo".
Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: "De acordo com o sr. ministro relator".
Voto do sr. ministro Presidente: "De acordo".
Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Relator
Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Sousa
Fui presente
Lourenço do Valle Paiva

ACÓRDÃO N. 1.347
(Processo n. 2.0759)
Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.
Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Melo,

então Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu para julgamento e consequente registro neste órgão, o contrato celebrado entre o Governo do Estado e José Alves dos Santos, para os serviços de sinalheiro de 2.ª classe da D.E.T., do Departamento Estadual de Segurança Pública, perfazendo o salário mensal de Cr\$ 1.100,00 e duração do contrato até 31.12.56.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 10 de Julho de 1956.
a) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente; Augusto Belchior de Araújo — Relator; Lindolfo Marques de Mesquita; Mário Nepomuceno de Sousa.
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo — Relator: Relatório: "Ofício n. 564, de 25 de Maio de 1956, do ex-titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, remetendo a este T.C., o contrato celebrado entre o Governo do Estado e o cidadão José Alves dos Santos, para prestar serviços de sinalheiro de 2.ª classe da Delegacia Estadual de Trânsito. Delegacia Estadual de Segurança Pública, com os proventos de Cr\$ 1.100,00, mensais, correspondentes ao prazo de 2 de Abril, a 31 de Dezembro do ano corrente. Representou o Governo do Estado, o Te. Coronel Manuel Maurício Ferreira, que, a esse tempo estava no cargo de Diretor Geral de Segurança Pública. O Governador de então, Dr. Catete Pinheiro, cancelou o dito contrato. As seções técnicas afirmaram existência de verba no Orçamento em vigor, tabela n. 29 (Pessoal Variável) para ocorrer aos necessários encargos. O Dr. Demócrito Noronha, funcionou no processo, que aquela época, exercia as funções de Procurador deste T.C., opinando pela legalidade do ato opinando pelo registro nos termos e consequente registro nos termos da lei n. 603, de 20 de Maio de 1953. O atual Procurador Vitalício Dr. Lourenço Paiva, ratificou o parecer de seu antecessor.

VOTO
Sou pelo registro solicitado nos termos do relatório e baseado no parecer da Ilustrada Procuradoria.
Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: "Concedo o registro".
Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: "Deiro o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: "Concedo o registro".
Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Relator
Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Sousa
Fui presente
Lourenço do Valle Paiva

ACÓRDÃO N. 1.348
(Processo n. 2.761)
Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.
Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, apresentou, para julgamento e consequente registro neste órgão, o contrato de Delmira Florência de Queiroz, para prestar serviço como "Servente", na Secretaria de Educação e Cultura, com o salário mensal de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), e duração do contrato até 31.12.56.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 10 de Julho de 1956.
a) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente; Augusto Belchior de Araújo — Relator; Lindolfo Marques de Mesquita; Mário Nepomuceno de Sousa.
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo — Relator: "Sou pelo registro solicitado nos autos, nos termos da lei n. 603 de 20 de Maio de 1953, baseado no parecer da Ilustrada Procuradoria".
Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: "Concedo o registro".
Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: "Deiro o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: "Concedo o registro".
Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Relator
Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Sousa
Fui presente
Lourenço do Valle Paiva

ACÓRDÃO N. 1.349
(Processo n. 2.765)
Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.
Relator: — Ministro Mário Nepomuceno de Sousa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, apresentou para registro neste órgão o decreto da aposentadoria de Lucia Dias Teixeira Bentes, de acordo com o art. 159, item II, da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953, alterado pelo art. 2.º, item II da Lei n.º 1.257, de 10.2.56, e arts. 158, 161 I, 138, inciso V, 143, 145, 227 da mencionada lei, no cargo de diretor, em disponibilidade, padrão E, do Quadro Único, do Grupo Escolar da Capital, percebendo nessa situação os proventos integrais do cargo, acrescido de 10% referente ao adicional 19.800,00 anuais.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 10 de Julho de 1956.
a) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente; Mário Nepomuceno de Sousa — Relator; Augusto Belchior de Araújo; Lindolfo Marques de Mesquita.
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa — Relator: "Concedo o registro do ato executivo correspondente a aposentadoria em julgamento".

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: "Acompanho o relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: "Concedo o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: "Concedo o registro".

Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Mário Nepomuceno de Sousa
Relator
Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Fui presente
Lourenço do Valle Paiva

ACÓRDÃO N. 1.350
(Processo n. 2.767)
Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça.
Relator: — Ministro Mário Nepomuceno de Sousa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu, para registro neste órgão, em ofício n. 587, de 30.5.56, o Decreto n. 2.034, de 22 de Maio de 1956, que reforma, ex-officio, o cabo da Companhia de Guardas da Polícia Militar do Estado, Moacir Julião de Oliveira, de acordo com a letra a do art. 333, combinado com a mesma letra do § 1.º e 2.º do mesmo art.º, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de hum mil trezentos e noventa cruzeiros Cr\$ 1.390,00 mensais, ou seja, dezesseis mil seiscentos

e oitenta cruzeiros (Cr\$ 16.680,00) anuais, e ainda mais oitocentos e cinco cruzeiros (Cr\$ 85,00) mensais, ou sejam hum mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.020,00) anuais, correspondentes a 10% de adicionais sobre o tempo de serviço, de conformidade com a Lei n. 1.047, de 18 de fevereiro de 1955, perfazendo o total de dezessete mil e setecentos e sete cruzeiros (Cr\$ 17.700,00) anuais, entre proventos e adicionais.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, que concedia o registro do decreto na forma apresentada, converter o julgamento em diligência, afim de que o Poder Executivo retifique o acto que reforma o cabo da Companhia de Guardas da Polícia Militar do Estado, na parte dos adicionais a que tem direito, de acordo com o relatório e voto do sr. ministro relator.

Belém, 10 de Julho de 1956.
a) Adolpho Burgos Xavier — Ministro Presidente; Mário Nepomuceno de Sousa — Relator; Augusto Belchior de Araújo; Lindolfo Marques de Mesquita.
Fui presente — Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa — Relator: Relatório: "O processo n. 2.767, teve base no ofício n. 587, de 30.5.56, do dr. Arthur Cláudio Melo, então Secretário de Estado do Interior e Justiça, remetendo, para registro, a reforma, ex-officio, do cabo da Companhia de Guardas da Polícia Militar do Estado, Moacir Julião de Oliveira. O ato do Governo, ou seja, o decreto executivo, consta dos autos às fls. 2. e decahou-se na petição do Comandante da Polícia Militar (fls. 4 do processo). Ao processo está apenso o atestado fornecido pela Junta Médica da P. M., onde se verifica a incapacidade definitiva para o exercício do cargo, e ainda mais as alterações sofridas na sua vida militar, e o atestado com as provas exigidas por lei. Quero, porém, esclarecer a este plenário, que os proventos atribuídos ao reformado, pois já tivemos oportunidade de fixar o nosso ponto de vista sobre o assunto, em outros decretos de reformas baixados pelo Poder Executivo, como já dizendo, os proventos atribuídos ao reformado, a nosso ver, atentam contra direitos do beneficiamento, consoante os textos legais que regulamentam o assunto. Da proposta originária e do próprio decreto executivo, verifica-se que o cálculo dos proventos, no que tange ao adicional, por tempo de serviço, ou seja, aos 10%, uma vez que o reformado conta mais de 10 anos de serviço prestado àquela Corporação, foi baseado sobre os vencimentos, excluídas as etapas que, concomitantemente, recebeu o reformado.

E a lei n. 1.047, determina, no seu art. 1.º: "Os oficiais e praças, bem assim os funcionários civis da P.M. do Estado do Pará, que a partir da vigência desta lei, tiverem completado 10 a 20 anos de serviço público ativo, terão direito a 10 e 20 %, respectivamente, sobre os seus vencimentos, a título de gratificação adicional. "Claro está que os oficiais e praças e funcionários civis da Corporação da P.M. têm direito a adicionais de 10 e 20%, na base de 10 a 20 anos de serviço público prestado ao Estado. E no art. 2.º, a lei n. 1.047 especifica: "Em caso de inatividade, com a transferência para a reserva renumerada, os beneficiários desta lei terão incorporados aos aludidos vencimentos aqueles percentuais de gratificação adicional. "Como se verifica, a lei n. 1.047 só mandava incorporar, em caso de inatividade, aqueles adicionais aos oficiais ou praças, quando a inatividade era decorrente de transferência para reserva e não reforma. Posteriormente, veio a lei n. 1.285, de 5.5.56, que deu nova redação ao art. 2.º da lei n.

(Continua na 2.ª pag.
DA JUSTIÇA